

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Carina Marcelino Teixeira

TERRITÓRIOS NEGROS ENQUANTO RUGOSIDADES:
A INÉRCIA DINÂMICA DA DIVISÃO RACIAL DO ESPAÇO EM RIO POMBA - MG

JUIZ DE FORA

2026

Carina Marcelino Teixeira

Territórios negros enquanto rugosidades: a inércia dinâmica da divisão racial do espaço em Rio Pomba - MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmicas Socioespaciais.

Orientadora: Prof. Dr^a Helena Rizzatti

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Teixeira, Carina Marcelino.

Territórios negros enquanto rugosidades : a inércia dinâmica da divisão racial do espaço em Rio Pomba - MG / Carina Marcelino Teixeira. -- 2026.

100 f. : il.

Orientadora: Helena Rizzatti

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2026.

1. Territórios negros. 2. rugosidades. 3. inércia dinâmica. I. Rizzatti, Helena, orient. II. Título.

Carina Marcelino Teixeira

Territórios negros enquanto rugosidades: a inércia dinâmica da divisão racial do espaço em Rio Pomba - MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas Socioespaciais.

Aprovada em 03 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Helena Rizzatti - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dr^a. Maria Isabel Chrysostomo
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Mauricio Moysés
Universidade Estadual de Campinas

À memória de meus avós, Maria das Dores
Marcelino e Manoel Correa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, força maior, pela coragem e sabedoria. À Nossa Senhora do Rosário, pelo amor e intercessão.

À minha querida mãe, Angela, pelo amor incondicional. Ao meu irmão Marcelo e à minha prima Sabrina, pelo incentivo e apoio de sempre. Ao meu namorado, André, pelo companheirismo e sensibilidade.

À minha orientadora, Helena Rizzatti, pela confiança, parceria, sensibilidade e pelo rigor, fatores essenciais para a finalização deste trabalho, assim como para a minha caminhada profissional e pessoal.

À Lunária, Wesley e Hannah, pela confiança e amizade. Agradeço os momentos de descontração, troca de experiências e ajuda mútua que tornaram o percurso mais leve. À Lívia, pelo olhar atencioso e apoio com os mapeamentos; e à Maria Eduarda, pela amizade.

À Camila, Dalila, Jared, Luiza, Marco Túlio e Stefane, pela amizade de longa data. Ao meu querido amigo e professor Otílio, pelas conversas e orientações que me acompanharam no desenvolvimento da pesquisa.

À educação pública brasileira e à Universidade Federal de Viçosa (UFV), instituição tão importante em minha formação acadêmica.

À Rede de Pesquisadoras da América Latina sobre a Urbanização Interseccionalizada (RELAUI) e ao grupo de estudos “Formação socioespacial e desigualdades estruturais”, pelo rigor e compromisso. Ao Núcleo de Geografia Espaço e Ação (NUGEA), ao Instituto de Ciências Humanas (ICH) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGEO-UFJF).

À professora Clarice Cassab e aos professores Elias Lopes e Pedro Machado, por todas as orientações e pelo olhar atento para esta pesquisa.

À banca formada pela professora Maria Isabel Chrysostomo e pelo professor Mauricio Moyses.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Rio Pomba, Márcio (Museu Histórico), Iná (Biblioteca Municipal), Ramon (Câmara dos Vereadores) e Hernane (Setor de Tributos).

Aos párocos Jamilson e Luizmar, pela confiança, disponibilidade e diálogo, fundamentais para o acesso aos registros das igrejas de São Manoel e de Nossa Senhora do Rosário.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos.

“Estamos chegando das velhas senzalas,
estamos chegando das novas favelas,
das margens do mundo nós somos,
viemos dançar.

Estamos chegando dos grandes estádios,
estamos chegando da escola de samba,
sambando a revolta chegamos,
viemos gingar.

A DE Ó

Estamos chegando do ventre de Minas,
estamos chegando dos tristes mocambos,
dos gritos calados nós somos,
viemos cobrar.”

(Milton Nascimento / Pedro Casaldáliga/
Pedro Tierra, 1982).

RESUMO

A presente pesquisa analisa a presença de territórios negros (Vieira, 2021) em Rio Pomba - MG. A partir de um debate teórico-conceitual mobiliza-se o conceito de território usado (Santos, 2023a), que revela tensões, processos de transformação desiguais e diversidade cultural, econômica, temporal e racial. Coadunamos esse entendimento ao conceito de territórios negros, entendidos como espaços que são usados e apropriados pela população negra (Vieira, 2021), presentes ao longo de toda a formação socioespacial do Brasil. Este uso do território é caracterizado por um processo marcado pela divisão racial do espaço a partir do racismo (Gonzalez, 2020a), mas também por resistências, estratégias e identidade negra que se mantiveram ao longo do tempo, revelando rugosidades simbólicas e materiais (Santos, 2023b). A metodologia utilizada nesta pesquisa foi composta por revisão bibliográfica e documental, entrevistas, trabalhos de campo e mapeamento via software *Qgis*. Nesta análise, elaboramos o entendimento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário como um território negro devido a sua relação com a população negra em períodos anteriores e atuais. A igreja enquanto uma materialidade herdada do passado, ocupa a função de inerte-dinâmico, por ter um papel ativo em processos socioespaciais, como a proximidade com áreas de habitação de maioria negra e manifestações culturais afro-brasileiras. Dentre estas, estudamos a Folia de São Sebastião e a Folia de Reis, sempre mencionadas ao longo da pesquisa, apesar de terem deixado de acontecer nos últimos anos. Por fim, para elaborar uma proposta de periodização da urbanização rio-pombense, estudamos os processos de modernização seletiva a partir das redes de abastecimento hídrico e ainda, a densidade de população negra em torno da igreja. Compreendemos assim que, ao longo dos períodos analisados, tem-se a manutenção da divisão racial do espaço em diferentes períodos históricos, com dois marcadores centrais, em um primeiro momento pelo uso da Igreja do Rosário pela população negra e posteriormente pelo acesso à água de forma precarizada. A partir dessa análise foi possível compreender as diferentes formas de uso do território, elucidando o local, intencionalidades, grupos e interesses (Santos e Silveira, 2006).

Palavras-chave: Territórios negros; rugosidade; inércia dinâmica; Igreja de Nossa Senhora do Rosário; Rio Pomba - MG.

ABSTRACT

This research analyzes the presence of Black territories (Vieira, 2021) in Rio Pomba, Minas Gerais, Brazil. Based on a theoretical–conceptual debate, it mobilizes the concept of used territory (Santos, 2023a), which reveals tensions, uneven transformation processes, and cultural, economic, temporal, and racial diversity. This understanding is articulated with the concept of Black territories, understood as spaces that are used and appropriated by the Black population (Vieira, 2021), present throughout the entire socio-spatial formation of Brazil. This use of territory constitutes a process marked by the racial division of space resulting from racism (Gonzalez, 2020a), but also by forms of resistance, strategies, and Black identity that have been sustained over time, revealing symbolic and material roughness (Santos, 2023b). The methodology adopted in this research comprised bibliographic and documentary review, interviews, fieldwork, and mapping using Qgis software. In this analysis, we developed an understanding of the Church of Our Lady of the Rosary as a Black territory due to its relationship with the Black population in both past and present periods. The church, as a materiality inherited from the past, performs an inert–dynamic function, as it plays an active role in socio-spatial processes, such as its proximity to predominantly Black residential areas and Afro-Brazilian cultural manifestations. Among these manifestations, we studied the Folia of Saint Sebastian and the Folia of the Kings, which are consistently mentioned throughout the research, despite having ceased to occur in recent years. Finally, in order to develop a proposal for the periodization of urbanization in Rio Pomba, we examined processes of selective modernization based on water supply networks, as well as the density of the Black population surrounding the church. Thus, we understand that throughout the periods analyzed there has been a persistence of the racial division of space across different historical moments, marked by two central factors: initially, the use of the Church of the Rosary by the Black population, and subsequently, access to water under precarious conditions. From this analysis, it was possible to comprehend the different forms of territorial use, elucidating place, intentionalities, groups, and interests (Santos & Silveira, 2006).

Keywords: Black territories; roughness; dynamic- inertia; Church of Our Lady of the Rosary – Rio Pomba - MG.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização de Rio Pomba - MG	29
Figura 2 - Igreja do Rosário de Rio Pomba - MG em 1930 e em 2025	40
Figura 3 - Vista panorâmica do Morro do Rosário - MG (2025)	41
Figura 4- Paisagem de Rio Pomba - MG por Hermann Burmeister	45
Figura 5- Foto da Ata da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1843)	50
Figura 6: Interior da Igreja do Rosário durante a missa festiva de 2025	55
Figura 7- Grupo de foliões em Rio Pomba - MG (sem data)	57
Figura 8 - Folia de São Sebastião em Rio Pomba - MG (sem data)	58
Figura 9 - Procissão de São Sebastião em Rio Pomba - MG (sem data)	59
Figura 10 - Folia de Mestre Adão em Rio Pomba - MG (2024)	60
Figura 11 - Mapa de proporção de pretos e pardos por setor censitário em Rio Pomba - MG (2010)	64
Figura 12 - Mapa de proporção de pretos e pardos por setor censitário em Rio Pomba - MG (2022)	65
Figura 13 - Praça Governador Juscelino Kubitschek (1953)	72
Figura 14 - Estação e trem de ferro em Rio Pomba - MG (sem/data)	73
Figura 15 - Localização da estação ferroviária de Rio Pomba - MG	74
Figura 16 - Grupo São José (2025)	75
Figura 17 - Localização Rua Luiza Alvim Rio Pomba - MG	77
Figura 18 - Mapa localização dos remanescentes de bicas d'água em Rio Pomba - MG (2025)	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Raça da população geral da Paróquia de São Manoel do Pomba em 1872	35
Quadro 2 - Condição de liberdade da população da Paróquia de São Manoel do Pomba em 1872	36
Quadro 3 - Proposta de periodização de Rio Pomba - MG (1767- 1918)	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFV - Universidade Federal de Viçosa

RELAUI - Rede de Pesquisadoras da América Latina sobre a Urbanização Interseccionalizada

NUGEA - Núcleo de Geografia, Espaço e Ação

ICH - Instituto de Ciências Humanas

PPGEO - Programa de Pós-Graduação em Geografia

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pesquisa e Nível Superior

ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores/ as Negros/as

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MHRP - Museu Histórico de Rio Pomba

PMRP - Prefeitura Municipal de Rio Pomba

APM - Arquivo Público Mineiro

RAPM - Revista do Arquivo Público Mineiro

AEPSMRP - Arquivo Eclesiástico da Paróquia de São Manoel de Rio Pomba

CEP - Comitê de ética em pesquisa

SUMÁRIO

1. Introdução	15
1.1 Caminhos metodológicos	25
Capítulo 1- Pelos caminhos dos territórios negros em Rio Pomba: A formação territorial do município desde a perspectiva da população negra	28
1.1 Trajetória de Padre Manoel de Jesus Maria: relações de poder e contradições nos sertões	31
1.2 Contingente populacional e mecanismos de controle territorial em Rio Pomba na segunda metade do século XIX: visibilizando dados	34
1.3 A Igreja do Rosário: um inerte-dinâmico	39
Capítulo 2 - Práticas e manifestações culturais: protagonismo negro em Rio Pomba	47
2.1 Religiosidade e protagonismo negro: A Irmandade dos Pretos Forros e Cativos	48
2.2 Folia de Reis e Folia de São Sebastião	56
Capítulo 3 - Modernização seletiva e divisão racial do espaço em Rio Pomba: uma proposta de periodização (1767-1918)	62
3.1 Período 1: Onde estão os negros na formação de Rio Pomba? Gênese da segregação racial no devir de Rio Pomba (1767- 1858)	68
3.2 Período 2: Modernizações seletivas em Rio Pomba - MG (1858-1918)	70
3.2.1 A primeira rede de abastecimento hídrico: “embranquecendo a água”	78
Considerações finais	83
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICES	93
ANEXOS	94

1. Introdução

Rio Pomba é um município que tem adotado o lema de “berço da civilização da Zona da Mata Mineira”, em razão de seu papel histórico na formação de diversos outros municípios do seu entorno. Reconhece-se sua relevância histórica, no entanto, é importante olhar de forma crítica para tal narrativa, que invisibiliza outros grupos no processo de formação do que é hoje o município, como os povos originários e negros (quilombolas) que anteriormente habitavam a região (Lamas, 2006; Paiva, 2016). Nesse contexto, identifica-se uma lacuna nas histórias e geografias sobre o município, tendo como referências grupos não hegemônicos, especificamente sobre o papel da população africana e afrodescendente.

No Brasil são comuns os registros que exaltam o caráter colonizador e desconsideram outras histórias e geografias, embranquecendo territórios e narrativas. Para Santos, et al (2017), pode-se interpretar essas ações a partir de três frentes:

o branqueamento da ocupação, com a substituição de não brancos (negros e indígenas) por brancos na composição populacional de porções do território (através de assentamentos de imigrantes, expulsão ou extermínio dos indesejados); o branqueamento da imagem do território, com narrativas de histórias locais que se iniciam a partir da chegada dos brancos, e eliminam a presença de outros grupos enquanto protagonistas de processos históricos; e o branqueamento cultural do território, com a imposição da primazia de matrizes, signos e símbolos culturais, que constituem e identificam territórios, lugares e regiões (Santos et al., 2018, p. 469- 470).

O branqueamento territorial denota a imposição de uma racionalidade branca europeia que desvaloriza e negligencia grupos racializados (Pereira, 2021). Por muito tempo, estivemos em um contexto de apagamento sistemático dessas histórias e contribuições – indígena e africana –, histórias orais e culturas foram inferiorizadas, assim como todas as formas de organização diferentes da modernidade branca europeia. Essas são estratégias de hierarquização colonialista e racista como aponta Geny Guimarães (2020).

Pensando em termos de colonização territorial, muitos grupos sociorraciais (indígenas da América e africanos) não mantiveram suas histórias contabilizadas em dados para estudos, por conta da oralidade de suas culturas e do condicionamento subserviente imposto pela escravização. Muito menos foram levadas em consideração as suas formas próprias de organização do espaço (política, econômica e social). Tal processo pode ser justificado pelo caráter inferiorizante e hierárquico colonial que resultou em menosprezo de seus conhecimentos, o que chamo de racismo. Além de

desconsiderar a organização socioespacial, por meio do processo de escravização, promover uma tentativa de desumanização dos corpos indígenas e africanos por justificativas de inferioridade baseadas no fenótipo o que resultou na coisificação de seres humanos e no enorme comércio de escravizados do Atlântico Sul (Guimarães, 2020, p. 295).

Destacamos que, apesar da pesquisa se situar em um contexto de práticas colonialistas e racistas, pensamos a população negra de forma afrocentrada, para elucidar suas reinvenções e resistências ao longo da formação territorial do município e também na contemporaneidade. Nesta direção, destacamos em âmbito nacional, a atuação da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) que fortalece a luta antirracista de forma abrangente, atuando em diferentes frentes. Assim como importantes teóricos negros que embasam este trabalho e que, ao longo de suas trajetórias acadêmicas e militantes, pensaram a questão racial no Brasil. E ainda, o trabalho daqueles que se colocam no campo das Geografias Negras e buscam a partir da ciência geográfica produzir conhecimento sobre relações étnico-raciais de forma enegrecida (Guimarães, 2020).

A abordagem pelo viés do protagonismo e agenciamento visa reposicionar o negro no imaginário social e no papel desempenhado por ele na construção da sociedade. Essa perspectiva tem como horizonte a construção de referenciais positivos, que contribuam para sentimento de identificação e afirmação por negros e de reconhecimento e valorização por não negros. Visa deste modo romper com o amplo rol de imagens negativas, estereotipadas, jocosas, exotizadas, que marcam, imobilizam, aprisionam os negros no tempo, no espaço e nas representações sociais (Vieira, 2021, p. 38).

Ademais, ao falarmos de questões étnico-raciais, é importante situarmos o racismo enquanto um sistema de poder e dominação, que se mantêm a partir de forças hegemônicas, por meio daqueles sujeitos que dele se beneficiam (Gonzalez, 2020b). Sueli Carneiro argumenta que a “raça é um dos elementos estruturais de sociedades multirraciais de origem colonial.” (Carneiro, 2023, s/n). Este sistema, como propõe Lélia Gonzalez (2020a), possui a capacidade de espacializar diferentes raças, seja a partir da violência e exclusão, ou em movimentos contrários, a partir de formas de resistência e manutenção da existência negra em sua dimensão corporal, cultural, religiosa, etc (Santos, 2012). Vale ressaltar que o termo raça é empregado a partir da dimensão social, dado que sua concepção biológica é completamente incorreta.

Nesta investigação, temos como foco a população que compõe o grupo racial negro, que o movimento negro brasileiro tem considerado como a soma dos grupos autodeclarados

como pretos e pardos (Carneiro, 2023; Rizzatti e Motta, 2024). Buscamos evidenciar a presença negra, ocupando espaços que se constituem enquanto territórios negros a partir de usos dos territórios, marcados por laços ancestrais afro-diaspóricos, com destaque para o espaço urbano de Rio Pomba.

Neste sentido, ressaltamos que ainda é necessária e urgente, a construção de outras imagens e narrativas em relação a população negra “Do quilombo à favela, das irmandades aos terreiros, das feiras aos mercados, das festas de rua aos paredões, das senzalas aos quatinhos de empregada, do mocambo às grandes torres envidraçadas: não há um fora ou um espaço isento de racialização nas cidades brasileiras” (Pereira, 2019, p. 1).

Considerando a presença negra e suas formas de apropriação espacial, esta pesquisa tem como objetivo geral apresentar uma análise da presença negra em Rio Pomba, evidenciando estes sujeitos enquanto produtores ativos do espaço urbano do município a partir de seus territórios e de suas práticas culturais. Quanto aos objetivos específicos, buscou-se: i) Conhecer e reconhecer territórios negros existentes no município, e compreender as dinâmicas existentes nestes territórios; ii) correlacionar a existência de territórios negros na contemporaneidade e em tempos pretéritos; iii) realizar um resgate dos processos de modernização do município, pensando a espacialização da população negra, assim como a formação territorial do município. Desta forma, a pesquisa visa contribuir para o entendimento da produção do espaço de Rio Pomba e também das dinâmicas socioespaciais de sua população historicamente invisibilizada.

A arquiteta Raquel Rolnik (1989) resgata a origem dos territórios negros, evidenciando as práticas espaciais que produziram esses espaços dos negros. Historicamente, os territórios negros são espaços ressignificados pela população negra, atrelados à criação de uma história comum desse grupo. Durante a escravidão os espaços destinados aos negros eram repletos de regras hierárquicas, voltados para o trabalho forçado, áreas de castigo e “moradia” (senzala). Entretanto, a autora aponta que, apesar da hostilidade e violência presentes nesses espaços, a população escravizada os ressignificou, tornando-os espaços de solidariedade a partir de suas heranças africanas.

Era através dele [próprio corpo] que, na senzala, o escravo afirmava e celebrava sua ligação comunitária; foi através dele, também, que a memória coletiva pôde ser transmitida, ritualizada. Foi assim que o pátio da senzala, símbolo de segregação e controle, transformou-se em terreiro, lugar de celebração das formas de ligação da comunidade. A partir daí, o terreiro passou a ser um elemento espacial fundamental na configuração dos territórios negros urbanos – são terreiros de samba, de candomblé, de jongo

que atravessam a história dos espaços afro-brasileiros nas cidades (Rolnik, 1989, s/n).

Os territórios negros se constituem enquanto configuração territorial e relações sociais que defrontam a lógica do branqueamento dos territórios, revelando as marcas da presença negra presentes no espaço. Nas palavras de Vieira (2021):

Assim, os nossos territórios negros são, em um primeiro momento, espaços físicos habitados, ocupados, apropriados e produzidos por pessoas negras. E, mais do que isso, são espaços simbólicos, repletos de sentidos e de significados relacionados às práticas ali existentes que remetem a uma ancestralidade negra, a uma memória negra, a um modo de ser e estar negro (Vieira, 2021. p. 35).

Nosso aporte conceitual parte da concepção de espaço geográfico, o mesmo que território usado (Santos, 2023a), a partir da construção de que territórios negros são territórios usados, sendo estes o resultado entre a indissociabilidade entre configuração territorial e relações sociais. Territórios negros, então, são produzidos a partir de técnicas, usos e apropriações espaciais advindos da população negra brasileira.

Santos (2023a) e Ribeiro (2012), a partir do conceito de território usado, confrontam a ideia de que o espaço é único e alisado, logo, estático, expondo a importância de outros grupos na produção do espaço geográfico e no seu dinamismo. Revelando acúmulos, resistências, sociabilidades e outros sujeitos, além de ser passível de compreensão a partir de diferentes temporalidades e escalas, o que possibilita um maior campo de mobilização do conceito. Características importantes que contribuem para a compressão dos territórios negros. Estes, então, podem ser interpretados enquanto territórios que são usados majoritariamente pela população negra e também por outros que compartilham elementos culturais da diáspora africana. Raquel Rolnik (1989) aponta que os territórios negros urbanos, analisados em sua obra, são formados também pela população empobrecida, e não somente pela população negra.

Apesar da hegemonia do sistema de produção capitalista, este não produz uma sociedade única, tampouco homogênea. Neste meio, há outros grupos e sujeitos que se constituem a partir de diferentes usos do território, uma expressão da copresença (Ribeiro, 2012).

O conceito de território usado, assim como o de espaço banal, confronta alisamentos do espaço produzidos pelo Estado moderno. Alisamentos e abstrações normativas, facilitadoras da incessante ampliação das escalas de realização do lucro, apagam memórias, aprendizados, projetos e sentidos da

ação e anulam as conquistas do homem lento. Mas, os contextos criados pela vida de relações trazem à tona a experiência social. A cidade viva e experimental, e plena de rugosidades, não morreu. Apesar dos impactos da crise societária, esta cidade permanece ativa na tessitura do cotidiano. Daí a importância do reconhecimento da ação possível ao sujeito social. É este o sujeito da cartografia da ação, que habita (e produz) território usado. Sem esta cartografia, viabiliza-se a afirmação de leituras da experiência urbana que, em vez da negociação, propõem idealmente a rendição (ou eliminação física) dos muitos outros (Ribeiro, 2012, p. 66).

Os diferentes usos do território refletem uma importante característica do espaço ressaltada por Doreen Massey e Milton Keynes, “O espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade; é a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz” (Massey e Keynes, 2004, p. 8). A diversidade e multiplicidade do espaço são o resultado de diferentes interações sociais que se dão no cotidiano. Milton Santos chama atenção dizendo que os “parâmetros [do cotidiano] são a copresença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade.” (Santos, 2023b, p. 339), em um processo contínuo de produção e troca, o espaço é repleto de possibilidades. Estas abordagens nos permitem olhar para a história da formação territorial de Rio Pomba buscando compreender as diversas dinâmicas existentes, e trajetórias que se encontraram e participaram ativamente de processos de formação e transformação da cidade.

Associada às categorias que constituem o espaço geográfico, é importante ressaltar o papel das técnicas, que para Milton Santos, “são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (Santos, 2023b, p. 29). As técnicas são compreendidas como formas de intervir no espaço, inclusive a própria ação constitui uma das maneiras de intervenção. O espaço a partir da adição de uma diversidade de técnicas de diferentes contextos, tempos e sujeitos, expressa sua heterogeneidade, marcando na paisagem acúmulos de tempos pretéritos e intenções (Santos, 2023b).

A diversidade de tempos materializados no espaço é captável pelas rugosidades, que são elementos herdados de outras temporalidades, que podem influenciar ativamente na manutenção e no surgimento de outras existências, outras racionalidades e valores, que denunciam este espaço que é desigual, modernizado de forma seletiva e contraditória (Santos, 2023a).

O que, na paisagem atual, representa um tempo do passado nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao

conhecimento. Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (Santos, 2023b, p. 140, *itálico do original*).

Isto posto, nos parece pertinente pensar a permanência dos territórios negros como possíveis rugosidades que expressam uma combinação de técnicas oriundas da diáspora africana, assim como, pela própria constituição da população afro-brasileira, a manutenção de seus saberes e culturas ligadas a estas raízes africanas – as práticas culturais. Em vista da construção teórica supracitada, propomos como central a leitura de a Igreja do Rosário é uma rugosidade e um território negro, em função de seu passado diretamente ligado à população negra e, com isso, verificar aspectos da população negra que estão de alguma forma, ligados a dinâmicas de processos territoriais e sociais inerentes a igreja até os dias atuais.

Renato Emerson dos Santos (2012) desenvolve a ideia de que, “Além de formas espaciais, há elementos culturais engendrados no passado que se mantêm e alteram sua configuração espacial, produzindo também geo-grafias no espaço urbano” (2012, p. 64). A existência dos territórios negros revela rugosidades, materiais e imateriais, que permanecem e são explicitadas a partir do espaço.

Passado e presente se articulam, portanto, no espaço, impondo diferentes grafias espaciais das relações raciais. Fenômenos sociais do passado imprimem marcas espaciais que se mantêm, ou constituem práticas e manifestações que permanecem no tecido social reconstruindo espacialidades. Fenômenos e ações do presente também imprimem grafias no espaço e, como a raça é um instrumento de dominação e controle social, as lutas antirracismo também produzem legados e grafias espaciais – como já exemplificamos, as toponímias da resistência, os espaços de valorização da negritude e outras formas de espacialização do Movimento Negro em sua diversidade constitutiva (Santos, 2012, p. 64).

Milton Santos (2023b) coloca que a relação entre passado e presente, materializadas a partir de rugosidades, podem se tornar inertes dinâmicos e ocupar um papel ativo, ao interferir em configurações espaciais e relações sociais, o que pode afetar a vida de quem habita e utiliza esses territórios, seja para circulação, habitação ou para fins econômicos. Nas palavras do autor:

O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada, mas também a **densidade ou a distribuição da população**, participam dessa

categoria de prático-inerte, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas. (ibidem, p. 140, destaque nosso).

As rugosidades evidenciam as diferentes temporalidades, poderes e intencionalidades materializadas a partir de diferentes técnicas, é neste sentido que, “Do ponto de vista da técnica dominante, a questão é outra: é a **de verificar como os resíduos do passado são um obstáculo à difusão do novo, ou juntos encontram a maneira de permitir ações simultâneas**” (Santos, 2023a, p. 43, destaque nosso).

As técnicas e objetos técnicos, nesta perspectiva, nos possibilitam compreender a história dos diferentes grupos produtores do espaço. E ao falar de objetos, falamos também de ações, neste caso, trata-se de ações do campo simbólico, que carregam intencionalidades, propósitos, que dão sentido aos objetos geográficos e que estão sempre subordinadas às normas (seja para atendê-las ou não).

Interesses sociais, políticos, econômicos, etc. interferem na difusão de técnicas e conseqüentemente na produção e transformação do espaço, como vimos. Santos (2023b) afirma que o surgimento de novas técnicas implica na transformação do espaço de forma desigual e combinada. Para o autor, “Há, em cada momento, uma relação entre o valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história” (Santos, 2023b, p. 86).

Reafirmamos a diversidade do espaço, em razão dos usos dado ao território, da diversidade de sujeitos e acúmulos de tempos. Apesar de atores hegemônicos terem um maior poder de construção e transformação do espaço, o mesmo não está dado, ao contrário, está sempre em disputa. São exemplos as lutas de resistência de comunidades indígenas, quilombolas, afrodescendentes e camponesas pela manutenção de seus territórios (Porto-Gonçalves, 2006; Nascimento, 1985). Sobre as ações dos atores não hegemônicos, Ester Limonad (2020) coloca que:

Por conseguinte, cada sociedade além de produzir seu próprio espaço, constrói suas próprias representações do espaço, hegemônicas e subversivas, que informam as práticas espaciais, a linguagem e mediam as relações que os homens estabelecem entre si e a natureza para garantir sua própria reprodução material. E, aí também, inserem-se as relações de poder, de dominação e os fatores que garantem sua reprodução. Essas representações além de permearem a vida cotidiana, os atos mais simples levados a cabo no dia a dia, atravessam não apenas o saber fazer as coisas, mas a própria produção do conhecimento (Limonad, 2020, p. 35-6).

É a partir desta construção que buscamos interpretar os territórios negros pelos diferentes usos dados ao espaço urbano de Rio Pomba. Compreendendo-os enquanto território usado – indissociabilidade, complementar e contraditória, da configuração territorial e das relações sociais –, a partir da proposta de Milton Santos (2023a; Santos, 2023b). Diante disso, buscamos evidenciar ações protagonizadas por pessoas negras no nosso recorte espacial, em diferentes temporalidades, destacando seus usos do território a partir de estratégias de resistência, e de manutenção de suas heranças culturais.

Nesta pesquisa, compreendemos o racismo enquanto um sistema de dominação que influencia diretamente na existência e nas dinâmicas dos territórios negros. Mas ainda assim, reafirmamos que houve e há resistência que confronta a racionalidade hegemônica, como coloca Milton Santos (2023b), são as contrarracionalidades, que identificamos na constituição e perpetuação dos territórios negros, como elaborado por Rolnik (1989) e Vieira (2021).

Essas contrarracionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas”, tornadas irracionais para usos hegemônicos. **Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes**, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente (Santos, 2023b, p. 309, destaque nosso).

Como apontado por Rizzatti (2020), o longo processo de escravização da população africana e a maneira como lhes foi negada a “possibilidade de acesso às modernidades capitalistas” (Rizzatti, 2020, p. 59) é um dos estruturadores de desigualdades no Brasil. Entretanto, é importante evidenciar as diferentes formas de conhecimento que atravessaram o Atlântico, o que para a autora está ligado à forma de resistir “de maneira conflituosa, criativa e diversa que precisa ser compreendida” (Ibidem).

As estratégias de resistência são diversas, seja a partir de enfrentamentos diretos, perpetuação e manutenção de heranças afro diaspóricas e suas contribuições na nossa formação social. “Conscientemente ou não, [homens e mulheres negras], passaram para o brasileiro “branco” as categorias das culturas africanas de que eram representantes” (Gonzalez, 2020d, p. 54). É importante frisar o quanto a população negra conseguiu se reinventar diante de dinâmicas racistas, Gabriela Pereira (2019) ao tratar de processos da formação brasileira destaca que:

os sistemas simbólicos afro-brasileiros traduzem ainda acúmulos da experiência africana dos povos de origem banto, gêge e nagô - que não é estática, se atualiza na transmissão geracional e se particulariza em contextos históricos, políticos, geográficos específicos e próprios de um país de dimensões continentais -, ressalta-se que a constituição de coletividades negras do lado de cá do Atlântico data do século XVI. Há de se refletir sobre o significado dessas instituições e seu papel na qualificação dos arranjos espaciais aqui vivenciados (p. 2).

O que ao nosso ver se expressa nos territórios negros, nas permanências e na manutenção de nossas heranças culturais, como coloca Antônio Bispo dos Santos – Nego Bispo – (2018), é a partir da circularidade no ver, pensar e agir que há diversidade, resistência e recomeços.

A partir desta proposta teórica, apresentamos este trabalho dividido em três capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo “Pelos caminhos dos territórios negros em Rio Pomba: A formação territorial do município desde a perspectiva da população negra”, contextualizamos a formação territorial de Rio Pomba e as presenças negras presentes neste processo, para isso retomamos um pouco da trajetória de Padre Manoel de Jesus Maria, por ter tido centralidade na conquista dos sertões e, sobretudo, por ser um padre negro, exercendo cargos e funções de poder em meio às contradições de sua existência. Por conseguinte, realizamos uma análise dos dados populacionais e de documentos oficiais referentes ao período histórico em foco, tendo como marco inicial o ano de 1764 com a criação da Freguesia do Mártir São Manoel dos sertões do rio da Pomba e Peixe dos índios Cropós e Croatos (Paiva, 2016). Ainda nesse capítulo, destaca-se o Código de Posturas de Rio Pomba, do ano de 1887, documento que expõe o contexto da época e as dinâmicas sociais que atravessaram a vida da população negra do município, que compunha 75,5% do contingente populacional. Neste arcabouço, apresentamos a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, fundada no século XIX, lendo-a enquanto uma rugosidade e um inerte-dinâmico presente no espaço urbano de Rio Pomba, em razão de sua histórica ligação com a população negra. A Igreja dos negros (Burmeister, 1980) nos parece central para compreender a gênese e manutenção da divisão racial do espaço no município, como será apresentado no terceiro capítulo.

No segundo capítulo “Práticas e manifestações culturais: protagonismo negro em Rio Pomba”, buscamos elucidar a importância da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros e Cativos associada à igreja do Rosário. Sendo um importante elemento para pensar a questão negra no município. Nesse ínterim, também estudamos as Folias de Reis e de São Sebastião, que foram incorporadas à pesquisa ao longo do desenvolvimento dos nossos

trabalhos de campo, por serem elementos sempre associados à presença e participação negra no município.

Em nosso último capítulo, “Modernização seletiva e divisão racial do espaço em Rio Pomba: uma proposta de periodização (1767-1918)”, buscamos interpretar o processo de urbanização de Rio Pomba e suas transformações, tendo como direcionamento a questão racial. Para isso, mobilizamos Lélia Gonzalez (2020a) e sua construção teórica sobre o conceito de divisão racial do espaço. No primeiro período (1767- 1858), apresentamos a Igreja de Nossa Senhora do Rosário enquanto um marcador racial deste espaço – a igreja dos negros. Por conseguinte, abordamos como a racialidade (Carneiro, 2023) organizou o espaço urbano. Com a realização dos mapeamentos da concentração da população negra no município, segundo os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 e 2022, compreendemos a permanência da divisão racial do espaço justamente pela localização das áreas habitadas majoritariamente por pessoas negras, próximas à Igreja do Rosário. O que coaduna com a leitura da Igreja do Rosário enquanto um inerte-dinâmico (Santos, 2023a), uma materialidade herdada que possui função ativa na configuração territorial e nas relações sociais, trata-se de uma permanência do processo de diferenciação do espaço a partir da raça.

Por fim, debatemos os processos modernizadores ocorridos na cidade que também demarcam essa divisão do espaço. Este é o segundo recorte de nossa periodização (1858-1918), nele resgatamos algumas melhorias e transformações urbanas importantes, com foco na rede de abastecimento hídrico. A instalação da rede no final do século XIX atendeu uma parcela específica da população, a elite detentora de recursos financeiros e capital político para mobilizar a execução das obras. Enquanto na outra ponta, resta para a população racializada e pobre, a utilização de suas estratégias, por meio do uso das bicas e a “espera” pelas melhorias que só chegarão a atendê-las em um período histórico posterior – inclusive quando já não se apresentam mais como promessas de modernização. Esta é uma permanência, mas também uma atualização da divisão racial do espaço, tendo agora como marcador o embranquecimento da água, como propõe Stella Paterniani (2019), ao dizer que a população negra historicamente foi excluída das melhorias de abastecimento hídrico.

A seguir apresentamos e detalhamos as escolhas metodológicas presentes na realização desta pesquisa.

1.1 Caminhos metodológicos

A presente pesquisa, de caráter qualitativo exploratório (Gil, 1999; Lakatos e Marconi, 2003), foi construída a partir de um esforço teórico e metodológico, no qual buscamos como elemento central a presença negra em Rio Pomba. Com este propósito, realizamos revisão bibliográfica focada nos fundamentos teóricos que discutem raça, territórios negros, formação sócioespacial brasileira e formação territorial do município pesquisado, juntamente com a realização de fichamentos e produção de ensaios teóricos-conceituais.

Realizamos levantamento, análise e sistematização documental; mapeamentos por meio do software *Qgis*; análise de dados secundários dos Censos Demográficos de 1872, 2010 e 2022; entrevistas semiestruturadas e trabalhos de campo pela área urbana de Rio Pomba, com registros fotográficos e anotações de campo gerando dados primários.

A escolha teórico-metodológica é embasada nas considerações realizadas pelo geógrafo Milton Santos (2023b) em que, para o autor, ao se trabalhar com períodos históricos no campo do saber da Geografia, deve-se construir um caminho metodológico a partir do tempo presente sentido ao passado. Ideia presente também em Maurício de Abreu (2000), sobre as geografias do passado, que consistem em trabalhar com vestígios pretéritos, a fim de fortalecer o entendimento do presente.

A presença de população negra em Rio Pomba é um tema pouco pesquisado. Para compreender as raízes desta problemática, nos valem da pesquisa documental. O trabalho com fontes primárias é importante para que memórias e histórias não se percam ou sejam esquecidas (Vieira, 2021). Em nossa pesquisa, inicialmente, buscamos uma variedade de documentos, cartas, mapas, jornais, fotografias e artefatos que nos levassem ao nosso objeto de pesquisa (Apêndice A).

A metodologia adotada para o trabalho com arquivos históricos segue a proposta de Godoy (1995): primeiro realizamos um contato inicial, leitura dos documentos e separação dos que são significativos para a pesquisa. Após, realizamos uma leitura sistemática, organizamos as informações e as interpretamos à luz do nosso arcabouço teórico. Nesta metodologia, como é apontado por Chrysostomo (2021), é necessária atenção ao buscar compreender os documentos, entendendo o contexto de produção destas fontes e as intencionalidades contidas nas mesmas. Ressaltamos ainda que, quando se trata de informações sobre pessoas racializadas, por muito tempo, as mesmas foram esquecidas e negligenciadas (Pereira, 2021).

Durante a realização dessa etapa, chamamos a atenção para algumas dificuldades que apareceram nas buscas em arquivos que não contam com uma organização sistemática de seus documentos ou que já não possuem o registro de fontes importantes, sintoma da invisibilização da história afro-brasileira (Pereira, 2021).

Em pesquisa no Museu Histórico de Rio Pomba (MHRP), após solicitação formal à Secretaria de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Rio Pomba (PMRP), realizamos nossas buscas em setembro de 2024 e, de todos arquivos que tivemos contato, foi selecionado apenas a “Ata de Criação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros e Cativos¹” (ANEXO A). Encontrar esse documento foi um momento de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa, ter conhecimento sobre uma organização negra presente em Rio Pomba no século XIX, consolidou nossa proposta de pensar em protagonismo e agenciamento negro, e também na concepção de que a área da igreja e seu entorno é um histórico território negro.

Nosso segundo momento de análise documental ocorreu em março de 2025. Realizamos buscas no acervo online do Arquivo Público Mineiro (APM), especificamente na Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM), Acervo Iconográfico e Leis Mineiras. Utilizamos palavras e frases-chave para chegarmos aos nossos objetivos, sendo elas: “Villa do Pomba”, “Rio Pomba”, “Pomba”, “Freguesia de São Manoel” e “Padre Manoel de Jesus Maria”. Em maio de 2025, buscamos os arquivos eclesiásticos da Paróquia de São Manoel (AEPSMRP) e analisamos o livro de tomo mais antigo que se encontra nos arquivos, este abrange o período de 18 de março de 1928 a 02 de dezembro de 1974.

As entrevistas foram realizadas em formato semiestruturado, por permitir maior flexibilidade e captura de outros elementos não considerados previamente. Ao realizá-las utilizamos a metodologia bola de neve, que consiste em solicitar aos entrevistados que indiquem outros possíveis participantes no intuito de aumentar a rede de pessoas a serem entrevistadas (Vinuto, 2014). Para esta etapa, submetemos o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)², que foi aprovado em setembro de 2024 (ANEXO B), respeitando as normas, iniciamos a coleta de dados somente após a aprovação. Visando manter o anonimato dos entrevistados, adotamos nomes de intelectuais e artistas negros brasileiros, uma maneira de homenageá-los e de preservar a identidade dos nossos participantes.

¹No documento oficial encontramos as seguintes denominações: “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário” e também “Irmandade de Nossa Senhora dos Pretos Forros e Cativos”, fizemos uso desta última para reafirmar o protagonismo da população negra na organização.

² Número do Parecer: 7.253.831.

Enquanto os trabalhos de campo, metodologia básica da Geografia que possibilita uma maior compreensão do recorte da pesquisa (Hissa e Oliveira, 2008), foram realizados entre outubro de 2024 e outubro de 2025. Buscamos pelo espaço urbano de Rio Pomba, e na festa de Nossa Senhora do Rosário, usos do território a partir de elementos que coadunam com o conceito de territórios negros que estamos mobilizando, como já mencionado anteriormente.

Capítulo 1- Pelos caminhos dos territórios negros em Rio Pomba: A formação territorial do município desde a perspectiva da população negra

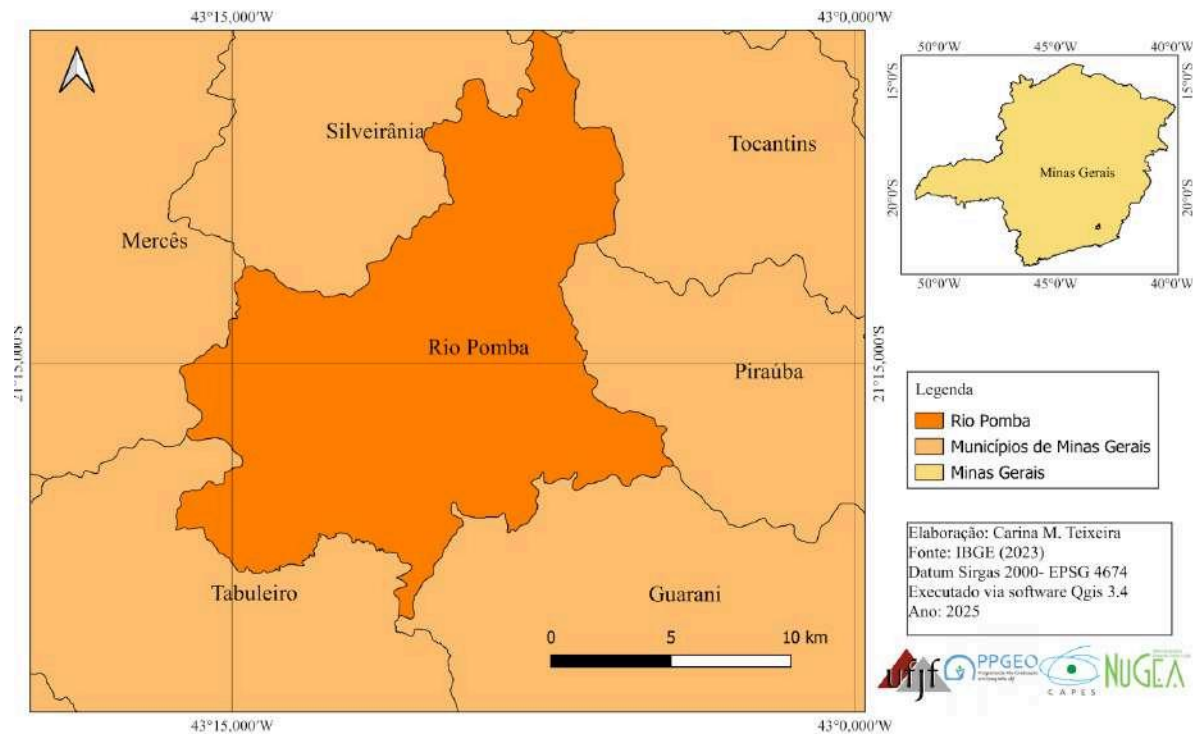
Destacamos alguns eventos históricos e geográficos importantes para compreender a presença de população negra no decorrer da formação territorial do município de Rio Pomba, a partir da criação da Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos índios Coroados e Coropós³. Datada de 1764, a freguesia foi criada por meio de decreto do governador da Capitania de Minas Gerais, Luís Diogo Lobo da Silva, seu território pertencia aos povos originários das etnias Coroados e Coropós, que se encontraram com a resistência quilombola que já havia chegado na região nessa época (Lamas, 2012; Paiva, 2016). Corrêa (2019) demonstra que a resistência da população negra dentro do regime escravista colonial, ameaçava a manutenção do sistema de exploração, neste sentido, a presença de população quilombola foi alvo do poder que se instalava na região.

Pensando na relação entre a população negra e indígena, enunciamos as palavras do intelectual quilombola Nego Bispo: “Houve uma grande influência nos modos e nos pensamentos. E isso nos fortaleceu. E aí fizemos uma grande aliança cosmológica, mesmo falando línguas diferentes. Pelos nossos modos, a gente se entendeu” (Santos, 2018, s/n). Essa aliança que fala Nego Bispo, é um elemento importante para pensarmos em estratégias de resistência, permanência e perpetuação de elementos materiais e imateriais afro-indígenas que estão presentes na atualidade. Apesar das formas de invisibilização, é importante demarcar a existência de laços de solidariedade e construção de estratégias. Situações que permitiram a manutenção de valores e saberes. “Mesmo que queimem a escrita, não queimam a oralidade, mesmo que queimem os símbolos, não queimam os significados, mesmo que queimem os corpos, não queimam a ancestralidade” (Santos, 2018, s/n).

O encontro de população afro-brasileira e indígena é uma situação interessante para pensarmos a constituição de Rio Pomba (Figura 1) e a narrativa que ressalta o caráter colonizador e civilizatório na região, invisibilizando a presença de outros grupos em função dos colonizadores.

³Adriano Paiva (2009) expõe como é comum encontrar diferentes designações a estes grupos na forma sincopada como “Croatas”, “Croatos”, “Croados” e “Cropós”.

Figura 1: Mapa de localização de Rio Pomba - MG



De acordo com o historiador Angelo Carrara (2024), o território da freguesia abarcava boa parte da região conhecida como Zona da Mata Mineira e, ao longo da segunda metade do século XVIII, foi ocupada por colonos provindos das regiões mineradoras. Em relação aos indígenas, a estratégia utilizada para colonizá-los foi a catequese e a criação de aldeamentos, como aponta Fernando Lamas (2012), esses mecanismos possibilitaram o aumento da disponibilidade de terras para colonos e também funcionou como uma estratégia de combate aos quilombolas da região.

Importante colocar que ao tratarmos da diferenciação e hierarquização entre brancos e não-brancos, expomos a organização social da época, assim como a questão racial era percebida e tratada no Brasil durante o período colonial. No escopo da questão racial, o dispositivo de racialidade que trata Sueli Carneiro (2023), é operacionalizada por meio de um conjunto de ações e mecanismos, que organiza e perpetua a hierarquização entre brancos e negros. O dispositivo

corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana. Disso decorre que ser branco e ser negro são consideradas polaridades que encerram, respectivamente, valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos polos das racialidades (Carneiro, 2023, s/n).

A operacionalização do dispositivo marca aspectos sociais e espaciais, mas é defrontado a partir de resistências da população diaspórica, dispersa forçadamente a partir do Atlântico (Gilroy, 2001), e também por seus descendentes que participaram ativamente da construção e formação do Brasil, em âmbito cultural, social e econômico (Moura, 1992; Anjos, 2005), deixando marcas espaciais que evidenciam a multiplicidade e as disputas existentes no espaço geográfico.

Nas particularidades de cada grupo ou sociedade é possível perceber suas relações com a realidade vivida. Vale destacar, corroborando com Daniele Vieira (2021), que a população negra, protagonista nas diferentes regiões do país, criou estratégias socioespaciais "nas brechas, nos interstícios, trilhando os caminhos possíveis, sem perder o vínculo com a coletividade e com as raízes negras" (p. 39).

São as complexidades presentes nos territórios negros, ambos resultados da formação socioespacial brasileira (Santos, 2023a), comuns principalmente no espaço urbano brasileiro (Rolnik, 1989). E como bem coloca Stella Paterniani (2019), para o contexto de São Paulo e que se expande para outras cidades brasileiras, principalmente aquelas de origem colonial-escravista, a população negra sempre esteve presente nas ruas, participando ativamente da construção das nossas cidades.

Afinal, diferente de como se consolida a grande narrativa sobre a formação da cidade, aos negros não estavam reservados apenas os baixios. A presença negra e o corpo negro organizavam a vida na cidade: se seus locais de moradia eram as senzalas ou os quilombos, suas festas espalhavam-se pelos terreiros da cidade; suas atividades profissionais espalhavam-se pelas ruas da cidade; e eram seus corpos, também, que recebiam castigos no pelourinho ou em outras regiões públicas (Paterniani, 2019, p. 102).

O que Paterniani destaca, fica evidente ao longo do desenvolvimento da nossa pesquisa, a existência negra em Rio Pomba ao longo do tempo ocupou e ocupa a cidade em diversos âmbitos, desde antes da formação da freguesia, como falado anteriormente a partir da presença quilombola. Entretanto, pela lógica do branqueamento territorial, o agenciamento e protagonismo desse grupo é silenciado, invisibilizado e por vezes esquecido.

No item a seguir, iniciamos com o resgate da história de Padre Manoel de Jesus Maria, figura importante no processo de ocupação da região e cuja trajetória atravessa o nosso tema de pesquisa. Buscamos ainda evidenciar as contradições que o acompanharam ao longo de sua chegada ao sacerdócio e também sua posição de poder na conquista dos sertões.

1.1 Trajetória de Padre Manoel de Jesus Maria: relações de poder e contradições nos sertões

Diretamente relacionado à formação territorial de Rio Pomba, resgatamos um pouco da trajetória de vida de Padre Manoel de Jesus Maria, que no contexto de nosso trabalho auxilia na compreensão de algumas questões relativas à presença negra na história de Rio Pomba. Elucidar Padre Manoel é uma forma de contextualizar as contradições presentes na trajetória de um padre negro em meio ao poder colonial escravocrata e também de demonstrar a presença negra na formação do município.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa ficou perceptível que a história de Padre Manoel não está presente na memória de Rio Pomba e, menos ainda, o reconhecimento de sua negritude⁴. Na primeira edição do Jornal rio-pombense, “O Bocayu”, em 1882, ao tratarem da vida de Padre Manoel, em nenhum momento sua condição racial é exposta, o que nos parece ser uma forma de embranquecimento. Além disso, grande parte dos nossos entrevistados afirmou desconhecer a história de Manoel.

Historicamente, Padre Manoel ocupou posições de poder dentro do regime colonial e realizou enfrentamentos diretos aos quilombolas da região da freguesia, além de sustentar relações de dominação aos indivíduos colonizados e a expansão do catolicismo (Paiva, 2016), o que demonstra a complexidade da questão racial presente na sociedade colonial brasileira.

O padre foi uma exceção no quadro de sacerdotes da época e, por isso, sua trajetória se torna importante neste resgate. Marcado pelo “defeito de cor”, Manoel, filho de Maria Angola, uma mulher escravizada de origem africana, e de seu proprietário, João Antunes⁵, não teve seu futuro definido pela cor de sua pele ou por sua condição “bastarda”, como era imposto à maioria da época (Paiva, 2016).

Claudio Honorato (2022, p. 253), destaca que

A mestiçagem era vista como condição indesejável, um estigma que era passado de geração em geração através do sangue. O estigma do sangue mulato espalhou pelo tecido social entre os séculos XVII e XVIII, a partir do momento em que os mulatos passaram a ser frequentemente identificados como “desordeiros”, “perturbadores da ordem” “soberbos” e “arrogantes”, inadequados a ocuparem determinadas posições sociais.

⁴ Em 2024 foi lançado um documentário sobre a trajetória de vida de Padre Manoel, obra produzida por Gilberto dos Santos, que destaca a condição racial dessa figura histórica. Disponível em: [PADRE MANOEL DE JESUS MARIA - UM LEGADO VIVO](#). Acesso em: 22. nov.2025.

⁵ A posse de Manoel e de sua mãe era compartilhada com Domingos de Barros Coelho (Paiva, 2016).

Para receber a Ordem Sacerdotal, era necessário passar por uma série de procedimentos que possibilitaria chegar à condição almejada. No entanto, sua condição de mestiço, aumentava os desafios para a chegada até o sacerdócio. Nas palavras de Paiva (2016, p. 51):

Manoel de Jesus Maria entendeu os procedimentos jurídicos para obtenção das ordens sacras e iniciou os procedimentos para concretizar seus anseios. O habilitando teria que recorrer a uma dispensa papal para ser ordenado. Neste sentido, deu entrada ao seu processo de *genere* para que fosse encaminhado com sua solicitação à Roma. Neste sentido, a Câmara Eclesiástica solicitou ao Vigário de Santo Antônio da Casa Branca a inquirição de oito “pessoas fidedignas, antigas e cristãs velhas acerca dos parentes do habilitando”, a fim de averiguar a “limpeza de seu sangue”. Solicitou-se as requisitórias para diligências no Reino, “pátria e naturalidade paterna”, e no bispado, conforme as determinações eclesiásticas. Apurar-se-ia a origem lusitana do pai de Manoel, para verificar se possuíam “sangue sem raça de judeus, mouro, morisco herege ou de outra infecta nação das reprovadas em direito”. A justiça eclesiástica investigaria o proceder da parte materna, recém-convertida ao catolicismo (AEAM. PG. Arm. 9, pasta n° 1576).

Elemento importante a ser destacado é a participação de Manoel de Jesus como membro da Irmandade do Rosário (em Vila Rica – atual Ouro Preto). Seus irmãos de Irmandade apoiavam seu objetivo de se tornar sacerdote e, além do apoio da organização, Manoel recebeu também apoio político e econômico para aquisição de seu dote. De certa forma beneficiou-se ainda do grande número de população não-branca da Capitania de Minas Gerais (Paiva, 2016).

A sociedade mineira possuía elevadas taxas de ilegitimidade e presença numérica expressiva de negros e pardos. A mestiçagem e as relações de concubinato atingiram não somente as “camadas mais baixas” da população. O perfil desta sociedade trouxe grandes dificuldades para que o recrutamento do clero fosse efetuado pelas exigências de pureza de sangue e costumes, impressas nos códigos legais eclesiásticos (Paiva, 2016, p. 56-7).

Adriano Paiva (2016), a partir de Villalta (1993), expõe práticas fraudulentas utilizadas para a chegada à ordenação sacerdotal. No Bispado de Mariana as estratégias consistiam em omitir certidões de nascimento e de casamento, e ainda buscar a ordenação em outro Bispado, em vista da dificuldade em averiguar as informações na localidade que o requerente provinha. Nesta situação, Manoel recebe sua ordenação do Arcebispado da Bahia, doação de sesmária do Governador Diogo Lobo da Silva e se coloca à disposição para desbravar os sertões do Rio Pomba.

Nosso personagem observou atentamente os projetos que delineava o Governador Lobo e Silva para a colonização dos sertões de Rio Pomba, por intermédio da construção de um aldeamento. Nenhum eclesiástico das Minas

se habilitou a embrenhar pelos sertões de matas fechadas, rios caudalosos e índios bravios para erigir uma freguesia (Paiva, 2016, p. 61).

Percebemos que Manoel possuía entendimento dos desafios que encontraria nesta empreitada. Em 1767, o padre chega aos sertões acompanhado de João, de nação Benguela, e de alguns homens que ansiavam em “conquistar” a região. Permanece até 1811, ano de seu falecimento (Paiva, 2016; Castro, 2010). Ao receber o título de vigário colado, Manoel, torna-se representante da Coroa e agente ativo dos processos de colonização (Paiva, 2016). Dentre suas funções,

O Vigário Manoel de Jesus Maria acompanhava os expedicionários na destruição de quilombos, nos descimentos de índios e nas explorações em busca de ouro. Todavia, os eclesiásticos participavam das investidas de conquistas dos sertões através da administração dos sacramentos. Outrossim, um Vigário paroquial não deveria se ocupar destas atribuições, mas o nosso personagem comandou inúmeras destas entradas de conquistas dos sertões (Paiva, 2016, p. 68).

Natalia Castro (2010), em sua obra sobre a trajetória de Manoel de Jesus Maria, relata que em seu testamento, realizado quatro anos antes de seu falecimento, Manoel deixa recomendações e alforrias nomeadas a alguns de seus escravizados, mais um elemento que corrobora com a diversidade racial presente na freguesia nesta primeira fase de ocupação.

Em relação à sua atuação religiosa e catequética, podemos afirmar que a redução dos índios, o combate aos quilombos da região e a ocupação das áreas do *sertão* alcançaram parte dos objetivos pretendidos por Manoel de Jesus Maria. Por mais *incúrio* que tenha sido o sacerdote com suas *ovelhas*, ele cumpriu a meta de apaziguar os conflitos entre os índios e os *entrantes* do sertão de Rio Pomba, ao menos na região do entorno das capelas e Igreja Matriz (Castro, 2010, p. 183, *itálicos do original*).

A partir de parte da trajetória de Padre Manoel, construímos um diálogo com Renato Emerson dos Santos (2012) e sua proposta de geo-grafia do espaço. Nas palavras do autor “[a geo-grafia] é dada pela corporeidade dos frequentadores e pelos traços culturais valorizados que remetem diretamente à negritude. São as experiências sociais (de espaço) que organizam essa geo-grafia das relações raciais” (Santos, 2012, p. 60). Elementos que em nossa leitura, nos permitem delinear os usos do território que se tornaria Rio Pomba, já na segunda metade dos setecentos, a partir da efetiva presença de população negra, e suas crenças e ações, que imprimem no espaço elementos materiais e simbólicos que foram construídos e perpetuados pela população negra.

A partir dos elementos supracitados, demarcamos as contradições do período colonial e a forma com que a população racializada ocupava funções a depender, também, das necessidades do regime. A trajetória de Manoel, para nós, carrega também evidências de que Rio Pomba desde sua gênese contou com a presença de população negra e de territórios negros – como são os quilombos.

Avançamos na busca por mais registros sobre a população negra em Rio Pomba e no próximo subitem, a partir da elevação da freguesia à categoria de vila, levantamos e interpretamos informações populacionais evidenciando o contingente populacional negro existente a partir do ano de 1831.

1.2 Contingente populacional e mecanismos de controle territorial em Rio Pomba na segunda metade do século XIX: visibilizando dados

Em 1831, a partir de um decreto vindo de Mariana - MG, Rio Pomba é elevada à categoria de vila (RAPM, 1899), mesmo período em que ocorre um aumento considerável de população e de propriedades na região (Carrara, 1999; 2024; Lamas, 2006). De acordo com Angelo Carrara (2024), no ano de 1831 viviam em Rio Pomba um total de 1.121 pessoas, sendo 532 escravizados, o que totalizava 47,46% de sua população total.

Para endossar nossa análise, buscamos o Censo de 1872, este se enquadra no período histórico analisado e também é um estudo de grande relevância do século XIX (Camargo, 2018). A área territorial utilizada para a realização do recenseamento são as paróquias, a menor utilizada para a coleta demográfica, ou seja, a mais detalhada, sendo central a utilização dos registros das comunidades paroquiais (Camargo, 2018). Em Rio Pomba, durante este período, havia apenas a paróquia de São Manoel (AEPSMRP).

Para melhor compreender estas informações, sistematizamos e contabilizamos aquelas correspondentes aos nossos intuitos, organizando-as em quadros, como se vê a seguir. O primeiro (Quadro 1) traz informações da população geral em relação à raça. Nota-se que o número de população *não branca* é consideravelmente superior à *branca*, um retrato que nos revela a presença de população originária e população negra presentes no território. Estes dois grupos compunham 75,5 % da população total.

Quadro 1 - Raça da população geral da Paróquia de São Manoel do Pomba em 1872

Raça	Pardo	Preto	Caboclo	Branco
População	3.310	1.612	259	1.667
População total	6.848			

Fonte: Censo de 1872 Organização: Carina Teixeira (2025).

O documento apesar de contabilizar a população cabocla, não diferencia a população indígena. Sueli Carneiro explicita que a utilização do termo pardo revela dinâmicas de embranquecimento a partir da miscigenação, utilizando-a como “carta de alforria”.

No termo “pardo” cabem os mulatos, os caboclos e todos os que não se consideram brancos, negros, amarelos ou indígenas. Todos os que não se desejam negros, amarelos ou indígenas encontram uma zona cinzenta onde possam se abrigar, se esconder e se esquecer de uma origem renegada (Carneiro, 2011, p. 64).

Em Rio Pomba, esse apagamento se apresenta como uma das formas de colonização/ catequização da população indígena e de sua inserção na sociedade colonial a partir dos batismos, processo que era associado à retirada de suas terras e a expansão territorial do poder régio (Lamas, 2012).

Destacamos que o termo escravizado está ligado aos negros (pretos e pardos), à vista do contexto da época em que a categoria raça estava intrinsecamente associada à condição de escravização (Sodré, 2002). A partir do segundo quadro (Quadro 2), nota-se que nenhuma pessoa branca ou cabocla se encontrava em condição de escravidão, já pardos e pretos escravizados totalizavam 1.460, o que representa 21,3 % da população total. Nos chama a atenção o considerável número de população preta livre, 759 pessoas (11,1%) número próximo ao de pretos escravizados, 853 (12,4%).

Quadro 2- Condição de liberdade da população da Paróquia de São Manoel do Pomba em 1872

Cor	Branco	Pardo	Preto	Caboclo
Livre	1.667	2.703	759	259
Escravizada	0	607	853	0
População total	6.848			

Fonte: Censo de 1872 Organização: Carina Marcelino Teixeira.

Diante dessas constatações que comprovam a maioria da população racializada, por conseguinte, buscamos responder os seguintes questionamentos: qual o contexto social em que esta população estava inserida? Existiam mecanismos de afastamento e controle da população negra? Como afirma Ynaê Lopes dos Santos (2022), as especificidades do racismo brasileiro e a forma que a elite deste país se organizou, fez com que este sistema estruturasse a vida social, política e econômica de grupos racializados. Podemos compreender, assim, que o racismo é uma das desigualdades estruturais da formação socioespacial brasileira como apontado por Helena Rizzatti (2020).

Lélia Gonzalez (2020c) explica que a formação histórico-cultural do Brasil é marcada pelo racismo por denegação, sistema de dominação que é negado e rejeitado principalmente por aqueles que dele se beneficiam. Segundo a autora, essa característica tem raízes na formação histórica dos países ibéricos, o que em suas colônias foi construído de forma “sofisticada”. No caso do Brasil, o racismo é sustentado por teorias de miscigenação, “democracia racial” e de branqueamento da população, o que se desdobrou em danos sociais, econômicos e culturais para a população negra, principalmente pela afirmação da “inexistência” do racismo.

Um dos instrumentos de manifestação do racismo por denegação e de sua permanência, enquanto sistema de diferenciação racial, foram os códigos de postura, ferramentas de exclusão e opressão fortemente utilizadas ao longo do século XIX. Mecanismos que marcaram importantes ações hegemônicas de organização do território a nível nacional (Villaça, 2004), que revelam ainda a diversidade presentes nas cidades brasileiras, repletas de ações e interesses de diferentes grupos sociais.

O “Código de Posturas da Camara Municipal do Pomba” foi aprovado em outubro de 1887. Este documento do ano que precede a abolição da escravidão no país, nos revela um pouco de como a questão do ser racializado/negro/escravizado no município era tratada,

apesar de ser de forma “sútil”, muitas das vezes não sendo explícito a quem a legislação se direcionava, uma das características do racismo por denegação.

A partir do documento, fizemos uma busca por elementos que tratassem de questões ligadas a grupos racializados e empobrecidos. Notamos que havia uma organização das normas no intuito de suprimir manifestações e práticas relacionadas à presença negra em Rio Pomba.

Estas ações eram um fato normal na sociedade brasileira do século XIX, como aponta Sodré (2002), em que grupos hegemônicos almejavam romper com as heranças da colônia e isso envolvia afastar e excluir – ainda mais – negros e escravizados.

No documento em questão, inicialmente chamamos atenção para o art. 84 que proibia:

§ 1º Fingir-se inspirado por potenciais invisíveis, ou predizer casos tristes ou alegres, ou extraordinários, dos quais resulte dano ou prejuízo a alguém.

§ 2º Inculcar-se curador de enfermidades ou moléstias, por meio de feitiços, orações, gestos ou ácidos: multa de 30 \$ e 8 dias de prisão.

Na mesma multa incorrerão os chefes de família e quaisquer outras pessoas que derem acesso a tais feitiçarias. (Resolução Nº 3552 de 1887).

Entendemos que a menção a “potenciais invisíveis”, “feitiços” e “orações” está relacionado ao preconceito para com a população da época, que realizava rituais não católicos ou a partir de novas manifestações religiosas que, mesclavam o catolicismo com heranças afro-brasileiras, sendo algo não aceito abertamente pela sociedade da época.

Já o art. 85 revela uma medida de coerção social que, apesar de não explicitar racial ou socialmente a quem é direcionada, revela a raça a partir da classe social. Tal direcionamento pode ser compreendido a partir do contexto da época, uma vez que a cor da pele frequentemente evidenciava aqueles que não possuíam “meios de subsistência”, considerando que, no Brasil, a questão de classe historicamente está associada à questão racial (Gonzalez, 2020c; Rizzatti e Motta, 2024).

Art. 85. É proibido ao maior de 15 anos viver sem alguma ocupação útil e honesta, **quando não tem meio de subsistência**. O contraventor será obrigado a assinar termo de se mostrar ocupado dentro de certo prazo, sob pena de ser entregue em qualquer oficina, fazenda de cultura de criação, por tempo de um ano, com direito ao sustento e vestuário, e metade do salário que costuma a dar-se no lugar a qualquer trabalhador sem ofício especial.

No caso de fuga, proceder-se-ha como a respeito dos engajados para o serviço, nos termos da lei sobre locações de serviços dentro do império. Quando se proceder contra o maior de 15 anos ou menor de 21, o juiz de paz lhe nomeará e juramentará curador, para defender seus direitos (Resolução Nº 3552 de 1887, destaque nosso).

Destacamos que a aprovação do código, em 1887, se deu 16 anos após a instituição da Lei do Ventre Livre de 1871 (Chaloub, 2011), o artigo 85 revela a fragilidade da lei, visto que a liberdade seria parcial ou bastante precarizada, em função da obrigatoriedade de comprovar trabalho. Além disso, percebemos uma semelhança com a lei federal de 1941, conhecida como “lei da vadiagem”, que foi institucionalizada a partir do Decreto de Lei nº 6.688. Vejamos o seu Art. 59:

Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:
Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses (Brasil, 1941).

Identificamos também, formas de inibir manifestações culturais e de encontros da população negra, como são os “batuques de pretos” (Abreu, 1994):

Art. 104. **É proibida a dança de batuque dentro das povoações**, de dia, ou de noite, ou ajuntamento para cantar ou tirar reis, com algazarra que incomode a vizinhança: pena de desfazimento do ajuntamento, multa de 12 \$ ao dono da casa, e 4\$ a cada um dos que se acharem no ajuntamento, e nas reincidências sofrerá cada um o dobro da multa e mais 5 dias de prisão (Resolução Nº 3552 de 1887, destaque nosso).

Vieira (2021) relata que em Porto Alegre/RS, os batuques receberam permissão para serem realizados somente em áreas fora do centro da cidade. Em Rio Pomba, o fato de a proibição ser nas áreas das povoações, nos parece ser um elemento que demonstra a divisão do racial do espaço (Gonzalez, 2020a), que buscava separar o espaço por meio da condição racial. Os centros podiam ser ocupados pelos negros até o momento que estavam servindo seus senhores, do contrário, em momentos de lazer, como revelado pelo artigo 104, o local deveria ser outro, afastado das áreas centrais, urbanizadas.

No artigo 107, destacamos uma estratégia importante da população negra a partir da solidariedade entre seus pares, e ainda comerciantes e brancos pobres. Esta estratégia, de acordo com Machado (2023) consistia na “apropriação de parte da produção, na forma de sobras ou resíduos” (p. 102) como uma maneira de resistência ao sistema escravocrata. Afim de interromper ou dificultar as práticas relatadas, a autora afirma que, “os senhores a partir das perdas, buscam instrumentos da justiça para imputar à negros livres, taverneiros e vendeiros em busca de enfraquecer a conexão entre o comércio “ilegal” (Machado, 2023, p. 102). Vejamos o artigo 107:

Art. 117. O taverneiro, negociante ou qualquer outra pessoa que comprar a escravos coisas que não costumam ter, sem que sejam autorizados por bilhete

de seu senhor, administrador ou feitor, incorrerá na multa de 30\$000 e 8 dias de prisão (Resolução N° 3552, de 1887).

E por fim trazemos o artigo 118 que proibia a venda de bebidas espirituosas a escravizados, por ser um dos poucos momentos de menção explícita aos “escravos”.

Art. 118. O dono dos armazéns, vendas e tavernas, ou de outras quaisquer casas em que se vendam bebidas espirituosas, **não venderá aos escravos e** meninos aguardente ou bebidas espirituosas que possam embriagar, nem que já estejam embriagados (sendo esta última proibição extensiva a outra qualquer pessoa), nem os consentiram demorados nas mesmas casas: Multa de 10\$000 e o dobro na reincidência (Resolução N° 3552 de 1887).

Nossa análise ao longo deste item, revela a partir dos dados do Censo de 1872 um território de maioria preta e indígena, que, como mostramos pelo Código de Posturas, oficialmente impôs à sua população medidas que buscavam invisibilizar suas raízes e saberes ancestrais, a partir de forças hegemônicas que têm a capacidade de organizar o território por meio de diferentes mecanismos (com destaque para a legislação). Entretanto, tais ações não foram completamente concretizadas, tendo em vista as práticas presentes na Rio Pomba da contemporaneidade.

No próximo item abordaremos a história da Igreja de Nossa Senhora do Rosário no contexto do município, a devoção e organização da população negra a partir das igrejas de Nossa Senhora do Rosário, e como esta materialidade de Rio Pomba, ocupa a função de inerte-dinâmico.

1.3 A Igreja do Rosário: um inerte-dinâmico

A igreja do Rosário de Rio Pomba (Figuras 2) está presente na paisagem do município desde meados do século XIX. Sua criação se deu por meio de provisão no ano de 1823, situada no alto do morro Rosário (Figura 3), no bairro que leva o mesmo nome, a igreja permaneceu, apesar das transformações arquitetônicas ocorridas desde a sua fundação ainda no século XIX.

Figura 2 - Igreja do Rosário de Rio Pomba - MG em 1930 e em 2025



Fonte: Santiago (2016) e Carina Marcelino Teixeira (2025).

Figura 3 - Vista panorâmica do Morro do Rosário - MG (2025)



Fonte: Carina Marcelino Teixeira (2025).

Em 1832 a Câmara Municipal designou o terreno em frente à lateral direita da igreja para a construção do antigo cemitério público (Santiago, 2016).

O referido cemitério foi mais tarde transferido para a irmandade ou confraria de Nossa Senhora do Rosário e nele foram sepultados filhos ilustres de nosso querido e histórico município. As ruínas do mesmo ainda existiam no segundo quartel deste século [Século XX], quando os restos mortais das pessoas ali sepultadas foram transladados para cemitério municipal do Morro do Castelo (Santiago, 2016, p. 475).

A partir do trecho supracitado, destacamos a importância das irmandades no apoio aos irmãos diante da morte e a realização de enterros dignos e adequados⁶. Santiago (1996) resgata a edição de 02 de setembro de 1896 do jornal “O Imparcial” que narra um acontecimento ocorrido em área próxima à igreja do Rosário.

⁶ Voltaremos a essa temática no capítulo 3 ao discutir o processo de modernização seletiva.

No alto do Morro do Rosário, pouco mais ou menos perto dos coqueiros que ali existem, à vista de numerosa multidão de povo, foi enforcado Pai Inácio, escravo de Manuel Esteves da Silveira (português), por ter o mesmo assassinado o feitor.

Felizmente, depois da execução desse condenado, nenhum outro subiu ao patíbulo nesta cidade, embora conhecêssemos armanda numa forca atrás do Cemitério do Rosário, da qual a Justiça não se serviu, porque o condenado Januário, que na mesma tinha de ser executado, morreu na cadeia em Ouro Preto.

O processo contra Pai Inácio data de 1840, encontrando-se o mesmo no Cartório do Tabelião Nicácio (Santiago, 2016, p. 476 *apud* O Imparcial, 1896).

O local de execução desta pena supracitada converge com a proposta de que a igreja e seu entorno é um histórico território negro, para além de um espaço de confraternização, a partir de forças hegemônicas, a área também é marcada pela violência a corpos negros.

Retornando à igreja, ao longo dos anos foi reconstruída, reformada, mas conserva-se no mesmo local (Santiago, 1991; 2016). Interessante pontuar que José do Patrocínio relata que, em diversos momentos a igreja foi abandonada, não tendo nenhuma atividade em seu interior. Informação que aparece também no livro de Anthero Palma (1918), no qual o autor rio-pombense expõe algumas de suas memórias sobre a cidade no século XX.

Durante muitos anos, quem subisse áquelle tradicional planalto, passaria a contemplar as ruínas dessa igreja, completo abandono e coberta unicamente na parte em que permanecia o altar-mor. (...)

A' sua frente, ficava um quadrilátero cercado de carcomidos muros, que, no tempo de antanho, servia de cemiterio e em cujo recinto, encobertas por abundante vegetação, existiam varias campas de marmore, denegridas peça acção do tempo. (...)

Na falta de outra igreja, além da Matriz prestava-se a do Rosario, mesmo em ruínas, a certo e determinados actos religiosos entre os quaes os da Semana Santa, indispensável, como se tornava, na quarta-feira, a transladação para alli da imagem dos Passos (Palma, 2018, p. 31-2).

Honorato (2022), coloca que as igrejas pertencentes a irmandades negras, são hoje marcas da população africana no espaço. Aqui consideramos a igreja de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pomba, enquanto resíduo do passado, uma rugosidade que representa parte da herança da população negra daquele período, mesmo que atualmente não seja algo perceptível pela população em geral.

A paisagem, de acordo com Santos (2023a), é formada por um conjunto de formas de diversas origens e temporalidades, onde algumas formas deixam de existir e outras permanecem como rugosidades presentes no espaço. A partir de Sartre, Santos (2023b) evoca

a dimensão do espaço geográfico para se referir ao inerte-dinâmico, a partir da função ativa que a materialidade pode assumir em processos sociais, “o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas.” (Santos, 2023b, p. 140). Em razão de que o espaço não se transforma completamente, as formas se mantêm diante de novos processos, neste sentido, Santos (2023a) evidencia que a depender, alguns processos se adaptam a estas formas já existentes.

Por *inércia dinâmica* entendemos que a *forma* é tanto resultado como condição do *processo*. As formas espaciais não são passivas, mas ativas; as estruturas espaciais são ativas e não passivas, mesmo que sua autonomia, com relação a *outras* estruturas sociais, seja relativa. Mas as formas espaciais também obrigam as outras estruturas sociais a modificar-se, procurando uma adaptação, sempre que não possam criar novas formas (Santos, 2023a, p. 45, itálicos do original).

A ideia de inércia dinâmica, nos possibilita caminhos de interpretação para analisar a igreja e sua função diante de processos ocorridos em locais próximos a ela. São exemplos, as redes de sociabilidade, os locais de habitação e manifestações culturais formadas majoritariamente por negros e negras. “O meio ambiente construído constituiu um patrimônio que não se pode deixar levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais” (Santos, 2023a, p. 141).

Destacamos a dimensão da sociabilidade que no cotidiano é costurada a partir de gestos- fios (pequenos gestos) que manifestam laços culturais, de afetos e solidariedade, como propõe Ribeiro (2005).

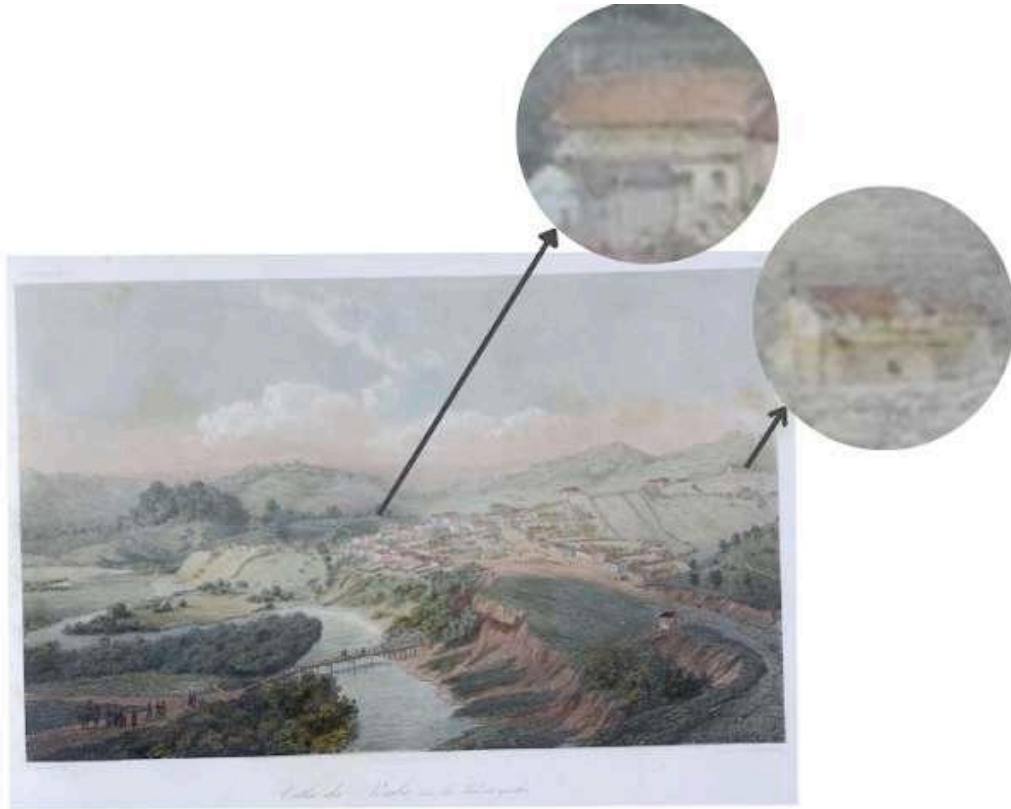
Dos gestos-fios “impensados” podem advir descobertas radicalmente novas e vínculos imprevisíveis, o que também é necessário à tessitura do social, especialmente num período caracterizado pelo esgarçamento de relações sociais. Acrescente-se que o entendido como “impensado” por determinado segmento social pode simplesmente expressar a existência de racionalidades alternativas, estranhas à lógica sistêmica (parcelar e excludente) dominante. As racionalidades alternativas emergem em experiências espaço-temporais que se afastam daquelas vividas pelos segmentos sociais que controlam os meios técnicos mais atualizados de circulação e comunicação (Ribeiro, 2005, p. 421).

Sabemos que esta igreja era destinada à população negra por conta da existência da Irmandade e também a partir do relato do viajante alemão Hermann Burmeister (1980), em sua viagem pela região de Rio Pomba no século XIX, retrata um pouco do cenário da época, o que contribui para nossa compreensão:

A vila da Pomba está situada no declive suave de uma alta colina, ao lado norte do rio do mesmo nome, que corre a uns 100 metros abaixo entre altos barrancos. (...) A localidade toda consiste em, mais ou menos, 130 casas com uns 1.000 habitantes. (...) A população é formada de uma pequena parcela de brancos, em grande parte comerciantes e fazendeiros; de um maior número de mulatos, artífices; e de pretos, que são empregados nos trabalhos mais rudes e serviços mais humildes. Estes últimos possuem sua própria igreja, a de Nossa Senhora do Rosário, **situada fora da vila**, numa colina. É este o segundo templo do lugar. Alguns fazendeiros, residentes nos arredores, são considerados as colunas mestras do comércio local, que apenas abastece a população (Burmeister, 1980, p. 197-8, destaque nosso).

A paisagem da vila é retratada pelo autor em uma pintura realizada em sua expedição onde é possível ver a igreja citada (Figura 4).

Figura 4- Paisagem de Rio Pomba - MG por Hermann Burmeister



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (1853) (destaques nossos).

A partir do relato de Hermann e como é possível visualizar na pintura, a Igreja do Rosário estava às margens do processo de urbanização. Por ser a igreja dos negros, o que se apresenta em nossa leitura, é uma articulação no intuito de limitar o acesso da população negra ao centro urbano que ali se formava. O espaço da igreja dos negros é geométrica e geograficamente distante do espaço da igreja dos brancos. Neste sentido, destacamos o relato de um dos participantes da pesquisa.

Pode ver que a maioria das cidades mais antigas tem sempre uma Igreja do Rosário. E é uma devoção muito voltada aos “escravos”, então tudo indica, tudo indica...(...) que (...) essa igreja surgiu... a capela do Rosário surgiu por causa disso, um grupo de pessoas, um grupo de “escravos”, pessoas negras que queriam celebrar a sua fé e criaram então essa comunidade, na capelinha do Rosário.

Então assim, parece que a paróquia, a capela surgiu daí, da necessidade de que as pessoas, os negros tinham de viver a sua fé. E é uma devoção muito

bonita, só que aqui não tem, eu já vi em algumas paróquias a festa do Rosário é coisa de louco, tem congado e muitas outras coisas, é uma manifestação muito da fé com a cultura, né (Maria Firmina dos Reis, 2025).

Podemos afirmar que a funcionalidade da Igreja do Rosário de Rio Pomba continua a mesma. Uma igreja católica, que cumpre sua função desde sua fundação no século XIX⁷.

Associado ao Código de Posturas, e ao relato do viajante, notamos estratégias diretamente relacionadas ao afastamento da população negra. Estas são ações que como coloca Milton Santos (2023a), são cristalizações “que vem do passado e se impõe no presente, os costumes, a música, as obras de arte, [a lei] isto é, toda uma enorme gama de relações entre os homens que permanecem e vigoram no presente, apesar de terem sido criadas num momento anterior” (p. 75). Diante desses elementos propomos pensar a localização da Igreja do Rosário, como um marcador racial do espaço, visto que, a área plana e central onde se localiza a Igreja de São Manoel, que seria então frequentada pela população branca e de rendas maiores, e a área do morro do Rosário “fora da vila” é destinada à localização da igreja dos negros. Como dito por Hermann, “no alto de uma colina” e “fora da vila”.

A seguir, apresentamos o segundo capítulo, onde abordamos manifestações culturais negras, evidenciando o agenciamento negro presente no município em diferentes temporalidades e a relação de aspectos simbólicos com territórios negros.

⁷ Em 05 de junho de 1964, Dom Oscar de Oliveira, decreta a Criação da Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Esta se expandiu, tendo sua própria comunidade paroquial encarregando um pároco a mais para o município, desvinculando suas responsabilidades eclesiais da Paróquia de São Manoel (Revista da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, 2024; AEPSMRP)

Capítulo 2 - Práticas e manifestações culturais: protagonismo negro em Rio Pomba

Retomamos o conceito de territórios negros, afim de apresentar alguns aspectos imateriais que são importantes para a identificação desses espaços usados pela população negra. Vieira (2021), afirma que:

Para além do espaço físico e apenas funcional — moradia, trabalho, lazer, religiosidade — estes espaços ganham significados a partir das relações que neles se estabelecem. Conformam-se assim, também, como espaços simbólicos. As mulheres negras e os homens negros que habitam esses espaços imprimem neles práticas e relações e sobre eles constroem laços entre si, laços de pertença com o espaço, com as instituições ali presentes — terreiros, sociedades negras, salões de baile, clubes de futebol, blocos e entidades carnavalescas — e com as práticas nelas desenvolvidas. O simbolismo está relacionado aos significados e sentidos que homens negros e mulheres negras constroem sobre esses espaços (Vieira, 2021, p. 35).

São espaços de reconhecimento e enaltecimento da população negra construídos a partir da própria existência e por suas expressões culturais (samba, carnaval, capoeira, religiosidades, batuques, etc.), como aponta Renato Emerson dos Santos (2012). Ainda de acordo com Vieira, “no caso dos territórios negros, eles se concretizam com base em uso ou práticas sociais e/ou culturais ali realizadas, que os caracterizam, definem e delimitam.” (Vieira, 2021, p. 32).

Apesar de não ser algo falado abertamente, ficou perceptível durante os campos e entrevistas, a existência de heranças culturais negras em Rio Pomba a partir da religiosidade de matriz africana. Nota-se que manifestações culturais referentes a essas religiões, sofrem ataques racistas e de intolerância religiosa em diferentes recortes temporais, o que nos parece ser um elemento de continuidade de valores culturais afro- brasileiro.

A partir do resgate jornalístico realizado por Ferreira (1996), é explicitada a figura de um padre presente na Rio Pomba da segunda metade do século XX, padre Deolindo Coelho, e suas ações violentas contra uma zona boêmia existente na cidade durante essa mesma época. Essa era uma área de encontro, lazer e religiosidade de matriz africana. O que na perspectiva de padre Deolindo a existência desses espaços, eram inadmissíveis.

Com seu estilo agressivo, ele centra seu tiroteio contra um foco de macumba que surgiu na cidade. O Padre está bravo porque chegou ao seu conhecimento que pessoas religiosas estão frequentando o “*Covil de*

Satanaz”. Covil de Satanaz, sim, porque as grosseiras práticas da macumba nada mais são que um culto direto ou indireto ao demônio. O católico povo de Rio Pomba deve banir esta prática diabólica, cerrando fileiras em torno da Igreja Católica que é o verdadeiro reino de Deus na terra. Ninguém pode ser, ao mesmo tempo, católico e macumbeiro. Quem não é por mim, é contra mim, disse Nosso Senhor. Abaixo, pois, a macumba que abastada nossa civilização e nos nivela aos habitantes da Costa d’África, encerra o Padre (Ferreira, 1996, p. 230).

Ferreira (1996) relata, ainda, que a zona boêmia também passou por ataques de padre Deolindo, que solicitou à prefeitura uma atitude em relação a essa área. Em nosso entendimento, apesar dos esforços por meio do Código de Posturas e das ações de Padre Deolindo, no intuito de inibir práticas e manifestações da cultura negra em Rio Pomba, tais investidas não foram bem sucedidas. Em vista que, na atualidade, temos a presença destas manifestações, com a permanência das religiões de matriz africana, o samba e as benzeções. Elementos culturais que carregam a ancestralidade africana e que estão inerentes a territórios negros, como revelado em nossas entrevistas, trabalho de campo e presentes também no documentário sobre a Casa de Cultura Ilê Asé Omo Odé de Rio Pomba, intitulado “Ilê Asé Omo Odé 14 anos de Existência”.

Pai Odesí de Oxóssi, no documentário, expressa em sua fala a ocorrência de ataques às religiões de matriz africana ocorridos no município. No entanto, a permanência dos terreiros e das manifestações afro-brasileiras expressam a capacidade de criação de estratégias do povo negro. Nesta direção, trazemos a questão das rugosidades para pensar na manutenção material e imaterial da população negra, a partir das trajetórias daqueles que vieram antes e conseguiram manter vivas suas práticas, conhecimentos e seus vínculos com o território. No item a seguir, abordamos elementos que coadunam com a proposta de inerte-dinâmico a partir da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

2.1 Religiosidade e protagonismo negro: A Irmandade dos Pretos Forros e Cativos

A devoção da população negra para com a Nossa Senhora do Rosário, constituiu umas das irmandades de maior relevância no cenário brasileiro (Machado, 2023). Maristela Simão (2010) aponta que uma das possibilidades para esse fenômeno é devido a abertura para todos os sujeitos (sem distinções) a participarem das igrejas do Rosário pertencentes ao reino de Portugal, tendo a intensa participação de pretos e pardos.

Encontramos no MHRP a ata de criação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros e Cativos existente em Rio Pomba em 1843, o que demonstra uma forma de organização social do grupo. Esse documento comprova o protagonismo e agenciamento da população negra no município, sendo para nós, um elemento importante para pensar os territórios negros da cidade.

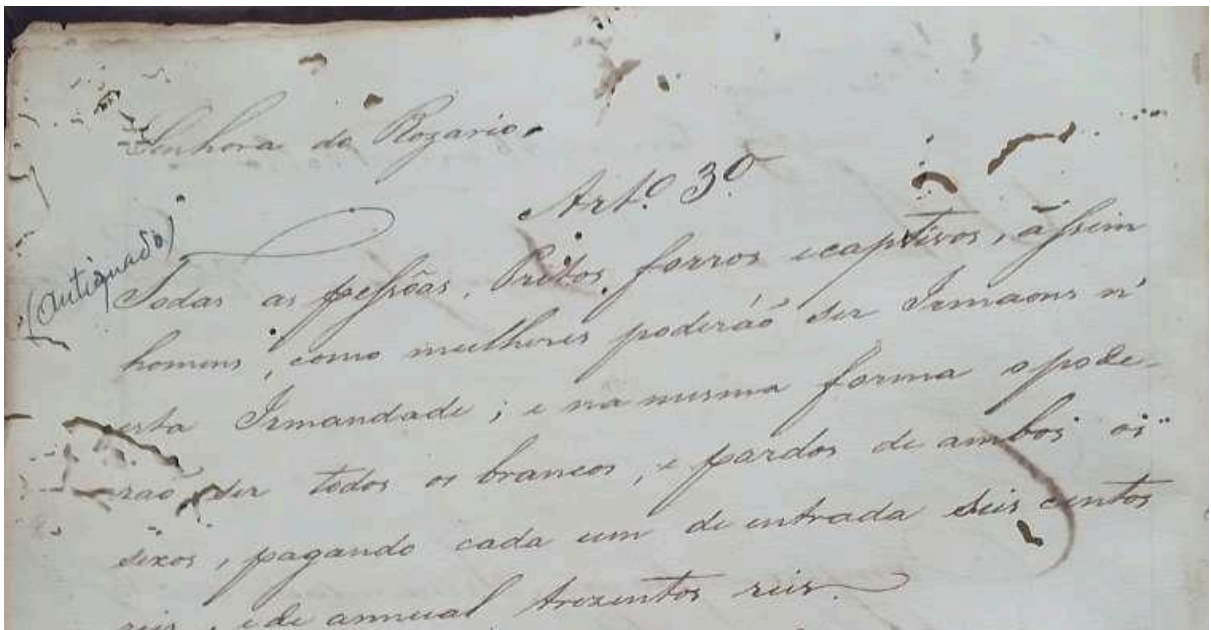
A organização de homens e mulheres em uma irmandade específica para a população negra, se coloca como uma forma de criação de redes de solidariedade entre os seus integrantes. Como aponta Claudio Honorato (2022), na América Portuguesa, estas organizações foram cruciais para que africanos e seus descendentes pudessem se organizar em diferentes campos da vida. As irmandades, além da questão religiosa, eram um apoio aos irmãos em situações de doenças e dificuldades materiais (Honorato, 2022; Delfino, 2015; Machado, 2023). “Embora para os brancos a irmandade pudesse ser um importante mecanismo de domesticação do espírito africano, a partir da africanização da religião de seus senhores, ela tornou-se um importante instrumento de reconstituição das identidades e solidariedade coletivas” (Honorato, 2022, p. 143-4). Essa relação também é muito bem retratada na obra literária de Ana Maria Gonçalves “Um defeito de cor” (2006).

Essas organizações eram fortemente marcadas por características comuns, como raça e classe, como Maria Helena Machado (2023) aponta, a identidade se torna central para compreender as irmandades negras brasileiras.

O imenso sucesso que se fez o culto aos santos entre os escravos do Brasil (...) escorava-se em uma forma mais abrangente de expressão da sociabilidade negra e de sua participação no catolicismo, que se concretizava nas irmandades de negros, bastante numerosas em todo o Brasil. As irmandades eram associações leigas que, por causa das dificuldades da Igreja em suprir todas as necessidades das novas terras, assumiram papel relevante no mundo colonial. Além de suas finalidades caritativas e assistencialistas, eram o veículo por excelência das manifestações religiosas da população. Ficavam elas sediadas em igrejas que, normalmente, abrigavam mais de uma irmandade e se constituíam em um importante espaço de sociabilidade para seus membros. Inicialmente ocupando altares laterais, aquelas que adquiriam condições econômicas necessárias tendiam a construir seus próprios templos. (No Brasil, é a elas que se devem muitas dessas construções.) Uma das características dessas irmandades na forma como existiram nos domínios lusitanos, em especial no Brasil, era a tendência de elas se aglutinarem em torno de categorias raciais e sociais, em detrimento do critério profissional, mais raro. Esse fato é fundamental para entender o papel das irmandades negras como veículo de identidade sociorracial e instrumento de defesa dos interesses do grupo (Machado, 2023, p. 195).

Em nossa análise da Ata dos Compromissos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1843), chamamos a atenção para o terceiro artigo, onde está registrado quem poderia se tornar um irmão da organização. Homens pretos, alforriados e cativos – como é revelado pelo nome da irmandade – mas também mulheres, pessoas pardas e brancas como podemos ver na imagem a seguir (Figura 5).

Figura 5- Foto da Ata da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1843)



Fonte: Acervo do MHRP.

Conceição Evaristo, em seu poema “Meu Rosário”, expõe a partir da poesia, conexões existentes entre a religiosidade católica e a ancestralidade africana, condição comum aos irmãos das confrarias do Rosário.

MEU ROSÁRIO

Meu rosário é feito de contas negras e mágicas.

**Nas contas de meu rosário eu canto Mamãe Oxum e falo
padres-nossos, ave-marias.**

Do meu rosário eu ouço os longínquos batuques

Do meu povo

e encontro na memória mal adormecida

as rezas dos meses de maio de minha infância.

**As coroações da Senhora, onde as meninas negras,
apesar do desejo de coroar a Rainha,
tinham de se contentar em ficar ao pé do altar**

lançando flores.

As contas do meu rosário fizeram calos
nas minhas mãos,

pois são contas do trabalho na terra, nas fábricas,
nas casas, nas escolas, nas ruas, no mundo.

As contas do meu rosário são contas vivas.

(Alguém disse um dia que a vida é uma oração,
eu diria, porém, que há vidas-blasfemas).

Nas contas de meu rosário eu teço intumescidos
sonhos de esperanças.

**Nas contas do meu rosário eu vejo rostos escondidos
por visíveis e invisíveis grades
e emballo a dor da luta perdida nas contas
do meu rosário.**

Nas contas de meu rosário eu canto, eu grito, eu calo.

Do meu rosário eu sinto o borbulhar da fome
no estômago, no coração e nas cabeças vazias.

Quando debulho as contas de meu rosário,
eu falo de mim mesma em outro nome.

E sonho nas contas de meu rosário lugares, pessoas,
vidas que pouco a pouco descubro reais.

Vou e volto por entre as contas de meu rosário,
que são pedras marcando-me o corpo-caminho.

E neste andar de contas-pedras,
o meu rosário se transmuda em tinta,
me guia o dedo,
me insinua a poesia.

E depois de macerar conta por conta do meu rosário,
me acho aqui eu mesma
e descubro que ainda me chamo Maria.

Conceição Evaristo (destaques nossos)

Acreditamos que esse poema de Conceição Evaristo ilustra o quanto a devoção a Nossa Senhora do Rosário carrega elementos ancestrais africanos e ainda a presença do sincretismo religioso, na junção de rituais característicos do catolicismo e das religiões de matriz africana.

Dados contidos no Censo de 1872, revelam que haviam duas categorias em relação à religião, “Católicos” e “acatólicos”, não nos surpreende que toda a população de 6.848 habitantes foi definida enquanto católicos, ao menos de forma oficial. Isso endossa nossa proposição de que a Irmandade dos Pretos Forros e Cativos de Nossa Senhora do Rosário foi também uma possibilidade para que os irmãos e irmãs manifestassem sua religiosidade em um espaço coletivo a partir da sociabilidade negra.

Um outro elemento identificado a partir dos trabalhos de campo, é de que, diferentemente de outras cidades com a presença de Igrejas dedicadas à Nossa Senhora do Rosário, em Rio Pomba, não há associações à história e tradição de que as Igrejas do Rosário, foram as igrejas destinadas à população negra. Em seu relato, Lima Barreto demarca sua vivência familiar dentro do catolicismo e expõe o conhecimento de que as Igrejas do Rosário historicamente são as igrejas dos negros e relata a “criação de uma capela de veneração de Nossa Senhora dos escravos negros” no município de Rio Pomba, apesar de não conhecer a história da Irmandade dos Pretos Forros e Cativos, um elemento que demonstra apagamentos referentes sobre a história de população negra no município. Ao longo de nossa conversa, é lembrada a música “Mariama” da Pastoral Afro, canção que exalta a história da população negra brasileira e a relação com o catolicismo, assim como a da padroeira do Brasil: Nossa Senhora negra, Nossa Senhora Aparecida. Vejamos alguns trechos:

Negra Mariama chama para enfeitar
 O andor porta estandarte para ostentar
 A imagem Aparecida em nossa escravidão
 Com o rosto dos pequenos, cor de quem é irmão

Negra Mariama!
 Negra Mariama chama!

Negra Mariama chama pra cantar
 Que Deus uniu os fracos pra se libertar

E derrubou dos tronos os latifundiários
Que escravizavam pra se regalar

Negra Mariama!

Negra Mariama chama!

Negra Mariama chama pra dançar
Saravá esperança até o sol raiar
No samba está presente o sangue derramado
O grito e o silêncio dos martirizados

Negra Mariama!

Negra Mariama chama!

Negra Mariama chama pra lutar
Em nossos movimentos sem desanimar
Levanta a cabeça dos espoliados
Nossa companheira chama pra avançar

Negra Mariama!

Negra Mariama chama!

Composição: Maria Cecília Domezi

Apesar de não existir uma tradição de celebrar a memória negra e a relação deste grupo com a Igreja do Rosário em Rio Pomba, Lima Barreto lembrou as iniciativas de padre Evaldo com celebrações de missas da Consciência Negra, que ocorreram de 1998 a 2001, na Igreja do Rosário. E de 2002 a 2005, quem se encarregou da continuidade das celebrações foi o atual Bispo da Arquidiocese de São João Del Rei, Dom Eudes, que por duas vezes levou ao município um grupo de congada de Catas Altas da Noruega - MG. Estas ações evidenciam, ainda que de maneira temporária, a valorização da história negra e a relação direta com a história de Rio Pomba, que se conecta à forte presença de população negra no município.

Uma característica forte das irmandades negras foram a realização de festas, folias, coroação de reis e rainhas e batuques, maneiras de resgate cultural da vida antes do processo de escravização (Abreu, 1994). Na ata de criação da irmandade, o elemento das festividades aparece nos artigos 4 e 5. No artigo 4º é relatado que anualmente, no primeiro domingo de

outubro seria realizada festa em honra a Nossa Senhora do Rosário “com a maior solenidade possível”. Já o artigo quinto relata que no primeiro dia de janeiro, seria realizada eleição dos novos oficiais da irmandade, rei e rainha, juízes e juízas, escrivão, procurador e outros.

Sete de outubro é o dia dedicado à Nossa Senhora do Rosário, estivemos na missa festiva realizada à noite em 2025, na Igreja do Rosário (Figura 6) com grande participação da população da paróquia e momento de coroação à Nossa Senhora. Destacamos que observamos uma grande participação de negros e negras, o que acreditamos ser um elemento de manutenção e permanência de valores culturais passados, rugosidades imateriais que também indicam a inércia dinâmica da Igreja do Rosário de Rio Pomba.

Na área externa, em frente à igreja, havia tenda e barracas montadas, com venda de pastéis, refrigerantes e canjica doce. Como percebido em campo, a tradição da coroação de reis e rainhas já não existe, na verdade, nenhuma das festividades relatadas na Ata da Irmandade. Temos como hipótese que as festas possam ter deixado de acontecer junto com o fim da Irmandade, data que não conseguimos rastrear ao longo da realização da pesquisa.

Figura 6 - Interior da Igreja do Rosário durante a missa festiva de 2025



Fonte: Carina Marcelino Teixeira (2025).

De acordo com Honorato (2022),

As festas promovidas pelas irmandades de pretos onde ocorria coroação de reis e rainhas causavam nas autoridades um certo desconforto e inspirava o medo de que tramassem alguma rebelião. Assim, as festas que elegiam reis e rainhas tornaram-se ameaçadoras para algumas autoridades, que viviam em um clima de constante tensão que provocou um quadro de perseguição. Houve várias tentativas por parte das autoridades para banir as festas e coroações de reis e rainhas negros (p. 203-4).

Talvez esta seja a razão para que a tradição das coroações de reis e rainhas tenha se perdido no nosso município, ou ainda por questões que ainda não conseguimos acessar.

A seguir, resgatamos as folias de Reis e de São Sebastião, enquanto outros elementos presentes no território negro. Resgatar essas práticas é uma forma de afirmação da diversidade de ações próprias da população negra rio-pombense.

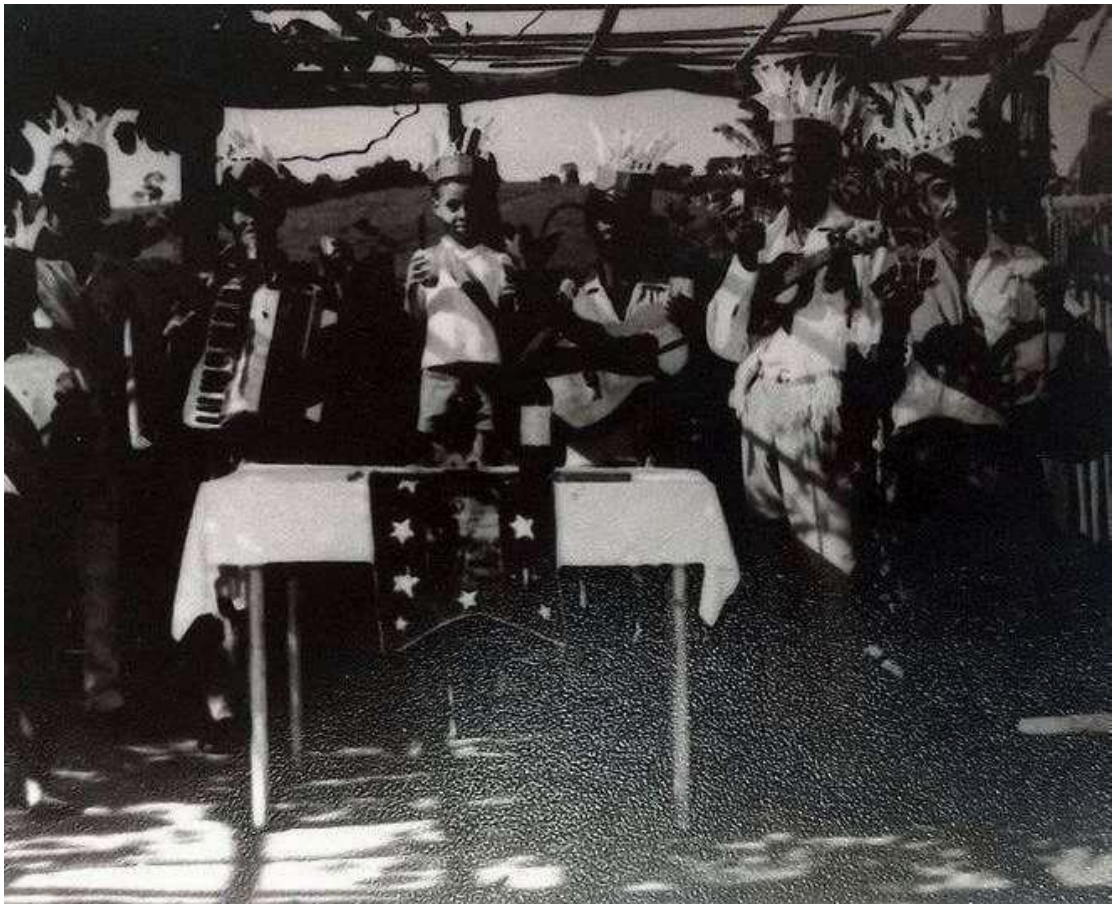
2.2 Folia de Reis e Folia de São Sebastião

Uma outra tradição muito importante, especialmente em Minas Gerais, são as folias, momento de religiosidade, fortalecimento de vínculos sociais, afetivos e de identidade, além da manutenção de valores geracionais (Souza e Araújo, 2020). Neste sentido, as folias se expressam também, como rugosidades imateriais, heranças passadas que dialogam com a existência de territórios negros. Andiará Neder (2013) ao estudar a folia de reis da Maú em Leopoldina - MG, nos apresenta elementos que fazem parte da tradição das folias e que transitam entre o catolicismo popular e a religiosidade de matriz africana presentes nessa tradição, neste caso, dedicada ao santo católico São Sebastião.

Em Rio Pomba, por muito tempo aconteceu as Folias dedicadas aos Santos Reis e a São Sebastião. Em uma fotografia encontrada nas redes sociais do MHRP (Figura 7) vemos um grupo de foliões de Rio Pomba, nos revelando a tradição existente.

A fé e a religiosidade do povo são elementos centrais dessas manifestações tradicionais e explicam em grande parte sua manutenção, apesar das intensas transformações do contexto histórico que lhes deu origem. Forjadas em séculos de labuta no campo e na cidade, de lida com a terra e exercício de ofícios mecânicos, elas permanecem em razão da fé dos foliões e reinadeiros e do pagamento de promessas dos devotos. Fora desse contexto, tornam-se eventos que se reproduzem mecanicamente pela imitação dos antigos, mas cujo sentido ficou perdido em alguma curva do caminho (Rios, 2006).

Figura 7- Grupo de foliões em Rio Pomba - MG (sem data)



Fonte: Instagram do MHRP.

Mais recentemente, Marcelo de Castro Lopes (2010a; 2010b), em suas pesquisas, revela que vivenciou entre 2002 a 2009, a folia de mestre Célio em Rio Pomba (Figuras 9 e 10). Lopes (2010b) destaca algumas das dificuldades vivenciadas pelo grupo, a falta de receptividade dos moradores da cidade em receber a folia em suas casas e também a dificuldade em manter a tradição pelos outros integrantes e pelas gerações mais novas, situações que levaram ao fim das folias no município.

Cabe aqui uma breve descrição da atual situação da folia de Célio em Rio Pomba. Não houve até o momento qualquer ação concreta por parte do poder público no sentido de apoiar sua folia, que é a única em atividade na cidade. O pai e o avô de Célio eram foliões. Porém, seus filhos não demonstram interesse em dar continuidade à tradição. A média de idade dos integrantes é elevada e não há jovens ingressando. O número de casas dispostas a receber a folia em Rio Pomba é cada vez menor. Diante deste cenário, Célio demonstra apreensão com relação ao futuro de sua folia. Em face ao desinteresse de seus filhos e ao fato de achar que nenhum dos atuais integrantes teria capacidade para substituí-lo (Lopes, 2010b, p. 3).

A folia de Mestre Célio, por anos seguidos, participou das festividades organizadas pela família de Petronilha Beatriz, em celebração a São Sebastião. De acordo com a entrevistada, a tradição da família se inicia com uma promessa realizada pela sua avó, que consistia em realizar comemorações no dia de São Sebastião com novena, terço, almoço, procissão e folia no dia 20 de janeiro (Figuras 8 e 9). A tradição da novena com a folia durou cerca de 50 anos, “A reunião da família não era no Natal ou em outras datas, era no dia de São Sebastião” (Petronilha). As festividades com a participação e mobilização da população se encerraram em 2018, ano de falecimento da mãe de Petronilha, por motivos pessoais, a partir dessa data a família não organiza mais as festividades dedicadas ao santo.

Retomando o que Vieira (2021) apresenta sobre os territórios negros, que consistem em espaços usados e apropriados pela população negra, Petronilha relata que os foliões eram em sua maioria negros, e provinham dos bairros majoritariamente negros, próximos à Igreja do Rosário, características importantes para pensar este território negro.

Figura 8 - Folia de São Sebastião em Rio Pomba - MG (sem data)



Fonte: Carina Marcelino Teixeira (doação).

Figura 9 - Procissão de São Sebastião em Rio Pomba - MG (sem data)



Fonte: Carina Marcelino Teixeira (doação).

Apesar das folias de Rio Pomba não estarem mais em atividade, em dezembro de 2024, esteve na cidade a Folia de Mestre Adão⁸, de Juiz de Fora - MG, (Figura 10), a presença da folia de forma temporária ocupou as ruas da cidade por meio da presença negra que celebrava os Santos Reis e manifestavam a cultura das folias a partir desta tradição.

⁸ Folia Sinal Três Reis Magos Oriente

Figura 10- Folia de Mestre Adão em Rio Pomba - MG (2024)



Fonte: Carina Marcelino Teixeira (2024).

Nesta direção, Santos (2023b) afirma que a cultura é uma formação de comunicação, uma herança e reflete um processo de reaprendizado. Ao constatarmos que a folia já não existe no município, percebemos que houve uma ruptura geracional nessa prática, assim como, no reaprendizado que fala Santos (2023b), e é relatado por Lopes (2010a) em relação à folia de mestre Célio. Ainda que interrompida, a prática das folias engloba o escopo de manifestações culturais negras presentes em territórios negros.

Ao longo deste capítulo objetivamos evidenciar a presença negra e seus usos do território, a partir da construção de pertencimento mediado por heranças africanas. São diversas as manifestações culturais que existiram, e resistem em Rio Pomba, um importante demonstrativo da força vinda da população negra presente no município e de seus descendentes.

No capítulo seguinte, apresentamos uma proposta de periodização da urbanização rio-pombense com foco na constituição dos territórios negros do município. Os lugares que

ganham destaque nessa análise que não foram tratados até aqui são as bicas e chafarizes públicos. A partir do (não) acesso a essa importante infraestrutura urbana, vista como modernização no momento de sua implantação, buscamos refletir sobre os usos desiguais do espaço marcados pela histórica divisão racial do mesmo.

Capítulo 3 - Modernização seletiva e divisão racial do espaço em Rio Pomba: uma proposta de periodização (1767-1918)

Para o entendimento dos territórios negros passados e presentes de Rio Pomba, torna-se importante trazer a dimensão da divisão racial do espaço (Gonzalez, 2020a). É uma perspectiva que destaca e fundamenta a dimensão histórica que está presente na constituição dos territórios negros e que reflete estratégias, ancestralidade e laços de solidariedade que possibilitam existências e ressignificações destes territórios, assim como dinâmicas desiguais de produção do espaço, materializadas na precariedade e falta de equipamentos e infraestrutura urbana à população racializada (Cunha Jr e Ramos, 2020). Como é possível perceber a partir dos diferentes usos do território e nas desigualdades criadas a partir de uma racionalidade capitalista (Rizzatti e Motta, 2024).

No processo de constituição de territórios negros, percebe-se também a capacidade dos sistemas de ações em organizar e dividir o território a partir da dimensão da raça, criando mecanismos de exclusão e afastamento dos indesejados (Villaça, 2004; Sodré, 2002), como vimos a partir do Código de Posturas de 1887.

Assim como a configuração territorial se transforma ao longo do tempo, as relações sociais também, num movimento que envolve interesses sociais, econômicos e políticos (Santos, 2023b). No pós-abolição a população negra era associada à insalubridade, recordações de um passado escravista que queria ser estrategicamente esquecido e apagado (Sodré, 2002). Joice Berth (2023) argumenta que, há um movimento de permanência e renovações de estereótipos sobre o povo negro desde a colônia, que se perpetua no urbano a partir da divisão racial do espaço, “O racismo no meio urbano trabalha a partir de uma perspectiva muito mais ampla, não só limitando fisicamente a existência negra nas cidades, mas também articulando os padrões históricos de exclusão no nível social e territorial” (Berth, 2023, p. 49).

Coadunamos com Lélia Gonzalez (2020a) ao colocar que relações sociais de base racista, onde a branquitude se coloca de forma superior aos “outros”, impactam diretamente em formas de configuração territorial. O espaço não é neutro e nem está acabado. A partir desta concepção, temos os espaços dos negros e espaços dos brancos, o que Gonzalez (2020a) nomeou como divisão racial do espaço.

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães do mato, capangas, etc. até a política formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...]. (...) A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais (Gonzalez, 2020a, p. 84-5).

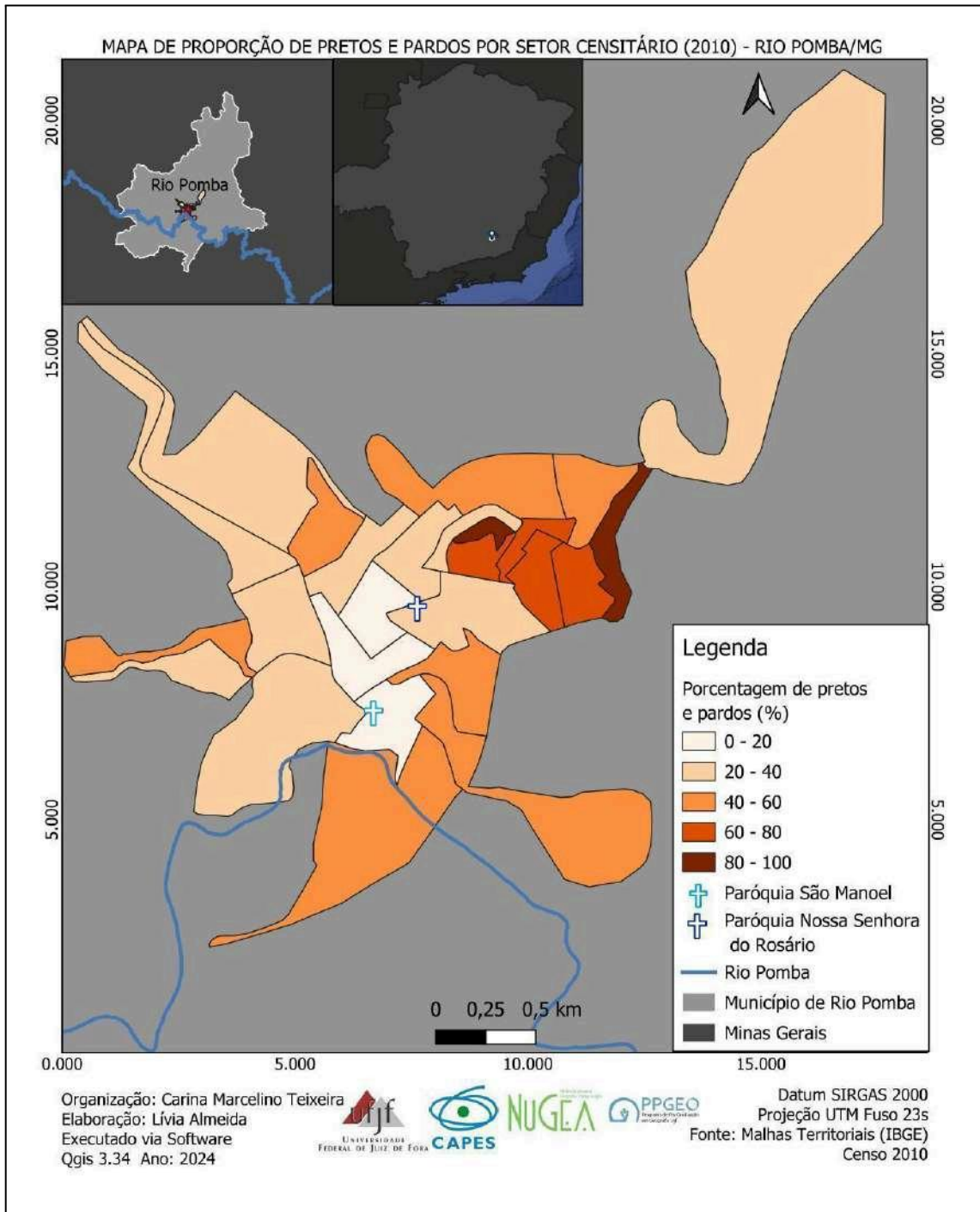
Alex Ratts (2012) atualizando o conceito, expõe que “Neste sentido, por analogia, podemos dizer que, se existe o lugar de negro, o local constituído pela segregação racial e espacial, há também o lugar negro ou os lugares negros, os locais com os quais indivíduos e grupos negros se identificam, nos quais se reconhecem e são reconhecidos” (p. 220), são os nossos territórios negros, espaços de resistência e comunidade.

Diante dessa proposta, nos parece relevante pensar em divisão racial do espaço de Rio Pomba desde o século XIX, a partir da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, condição que se mantém, e é revelada pelos mapeamentos de proporção de pretos e pardos por setor censitário de Rio Pomba - MG, a partir de dados do IBGE de 2010 e 2022.

Estas heranças são exemplos de acúmulos desiguais e combinados de tempos (Santos, 2023b). A Igreja do Rosário, e os locais de moradia majoritariamente negros, revelam uma articulação de passado e presente inerente às relações raciais materializadas no espaço urbano.

A partir dos mapeamentos, identificamos uma configuração territorial de permanência da divisão racial do espaço, nos anos de 2010 e 2022, em relação à proximidade geométrica da localização dos setores censitários majoritariamente negros e a Igreja do Rosário. No mapa de 2010 (Figura 11), nota-se que no setor censitário onde se localiza a igreja, a proporção de pretos e pardos varia de 20% a 40% da população total. E sua área limite, está próxima dos setores com mais de 40% da população negra.

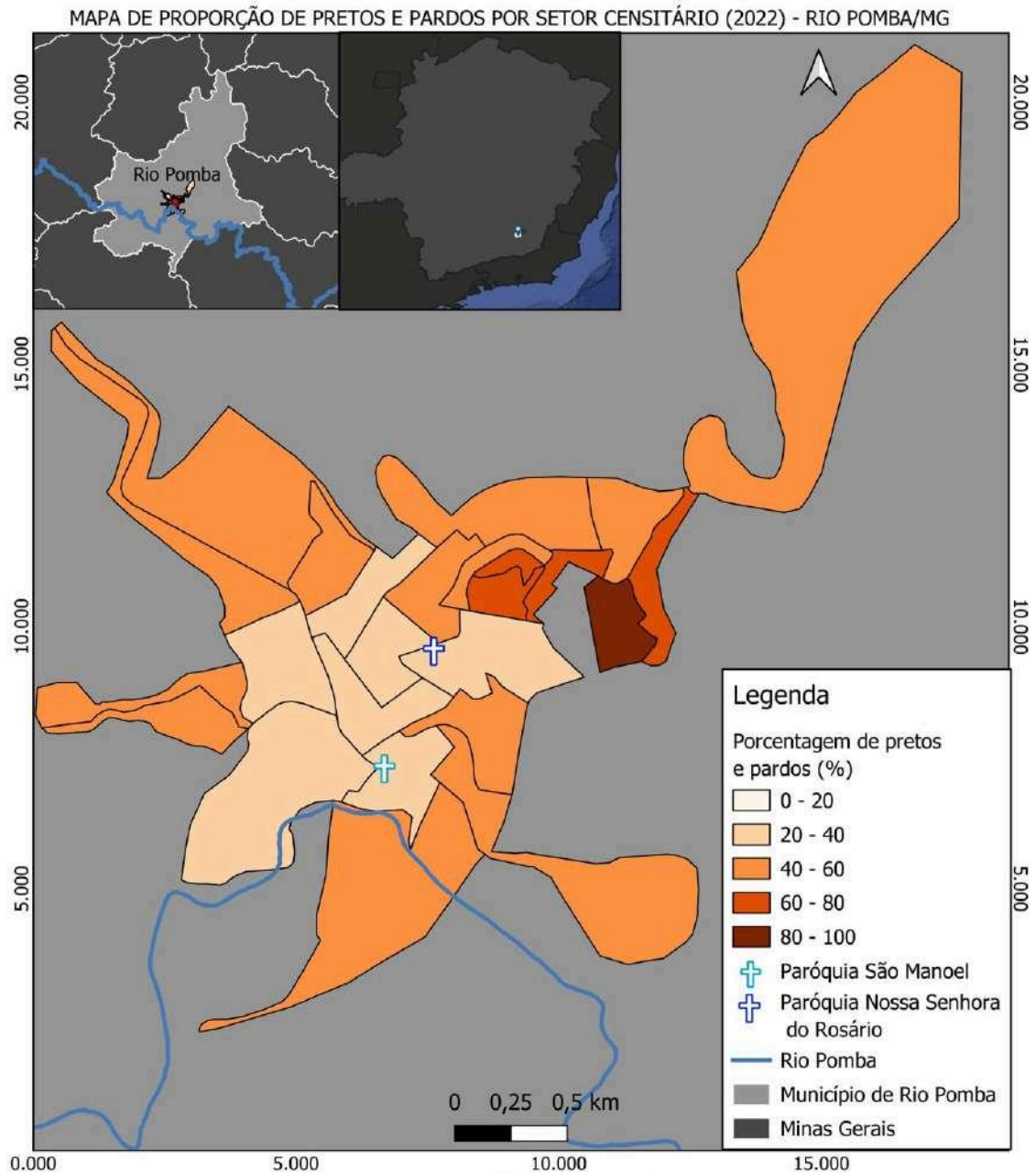
Figura 11 - Mapa de proporção de pretos e pardos por setor censitário em Rio Pomba - MG
(2010)



Já no ano de 2022 (Figura 12), o mapeamento nos revela que o centro já não é embranquecido como em 2010, o que pode estar relacionado há um maior número de população que se auto reconhece enquanto negra. A região do centro e do bairro do Rosário possuem entre 20 e 40% de população negra. Ainda assim, as áreas majoritariamente negras,

de 60% a 80 % da população, permanecem no mesmo eixo, próximo à Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Figura 12 - Mapa de proporção de pretos e pardos por setor censitário em Rio Pomba - MG (2022)



Organização: Carina Marcelino Teixeira
 Elaboração: Lívia Almeida
 Executado via Software
 Qgis 3.34 Ano: 2025



Datum SIRGAS 2000
 Projeção UTM Fuso 23s
 Fonte: Malhas Territoriais (IBGE)
 Censo 2022

A organização do território envolve disputas de poder, o que é manifestado intensamente em processos de modernização urbana que são executados de maneira seletiva, beneficiando e privilegiando apenas grupos hegemônicos. Milton Santos escreve que,

Como o espaço não é homogêneo, evoluindo de modo desigual, a difusão dos objetos modernos e a incidência das ações modernas não são as mesmas em toda parte. Alguns subespaços, dotados com as modernizações atuais, podem acolher as ações de interesse dos atores hegemônicos (Santos, 2023b, p. 333).

Para analisar os processos de permanências e atualizações da divisão racial do espaço em Rio Pomba, diante das transformações do espaço urbano do município, trazemos como central as estruturas de abastecimento hídrico. Também consideramos a continuidade da proposta de que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário é uma rugosidade e um marcador da divisão racial do espaço. Para o estudo de nosso recorte temporal (1767- 1918), fizemos uso de uma periodização a partir da proposta de Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006). De acordo com os autores, a periodização possibilita a identificação de eventos e mudanças importantes na história de um território. Também permite evidenciar os atores por trás destas transformações, o que amplia o conhecimento do contexto em que se inserem dinâmicas a serem analisadas. Nas palavras dos autores:

Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da nação (ou nações) e, certamente, as feições regionais. Mas a evolução que se busca é a dos contextos, e assim as variáveis escolhidas são trabalhadas no interior de uma situação (M. Santos, 1996; M.L.Silveira, 1999a) que é sempre datada. Interessa-nos, em cada época, o peso diverso das novidades e da herança (Santos e Silveira, 2006, p. 20).

Sobre a divisão temporal em períodos, Santos e Silveira (2006) destacam que:

A questão é escolher as variáveis-chave que, em cada pedaço do tempo, irão comandar o sistema de variáveis, esse sistema de eventos que denominamos período. Eis o princípio a partir do qual podemos valorizar os processos e reconhecer as novidades da história do território (2006, p. 23).

Por meio da proposta metodológica apresentada, buscamos compreender os processos presentes na formação de grandes concentrações de população negra em uma mesma área, processo que deu continuidade e atualizou a segregação racial em Rio Pomba. Por conseguinte, buscamos verificar a existência de territórios negros – apropriação e produção do

espaço pela população negra – diante de modernizações seletivas do espaço (Sodré, 2002). Com isso, destacamos mudanças no território que são importantes para a atualização da segregação racial em Rio Pomba. Também tentamos, de forma ampla, identificar os atores envolvidos nestes processos e os momentos de ruptura que marcam um período para outro, destacando alguns eventos importantes como veremos ao longo deste capítulo. A periodização se dá em dois momentos, como demonstrado no quadro abaixo (Quadro 3).

Utilizamos como referência a proposta elaborada por Daniele Machado Vieira (2021). Os marcadores correspondem às rugosidades no espaço urbano de Rio Pomba: a Igreja do Rosário e as bicas, espaços historicamente usados e apropriados pela população negra, que se apresentam como elementos fundamentais para a compreensão da divisão racial do espaço. As rupturas, por sua vez, estão associadas às transformações ocorridas em cada período: no primeiro, com a elevação da vila à condição de cidade, buscamos demonstrar a existência da população negra em Rio Pomba; e, no segundo, a partir da continuidade da divisão racial do espaço ao longo do processo de modernização seletiva com a instalação de infraestrutura urbana, dentre as quais enfatizaremos aquelas relacionada ao acesso à água. Nesse período, encerramos a análise no ano de 1918, com o evento da chegada da energia elétrica, entendida como um novo momento de modernização. Tal processo, por sua vez, evidencia a necessidade de um esforço analítico mais aprofundado, capaz de apreender as novas dinâmicas socioespaciais e suas implicações na produção e reprodução das desigualdades no espaço urbano. Esse contexto evidencia que a modernização não se dá de forma homogênea, exigindo uma análise mais atenta às permanências das desigualdades raciais no espaço; dessa forma, a incorporação dessa nova modernização demanda o aprofundamento da análise, a fim de captar suas implicações nas dinâmicas já estabelecidas no espaço urbano.

Quadro 3 - Proposta de periodização de Rio Pomba - MG (1767- 1918)

Periodização (1767- 1918)		
	Período 1	Período 2
Recorte temporal	1767- 1858	1858-1918
Marcador	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Bicas e chafarizes públicos
Características	Gênese da segregação com a divisão da igreja dos negros e igreja dos brancos; primeira legislação contra aspectos culturais da população racializada (Código de Postura); Protagonismo e agenciamento negro a partir da Irmandade dos Pretos Forros e Cativos.	Preterição da população negra ao acesso à modernizações urbanas, manifestadas a partir da primeira rede de abastecimento hídrico de Rio Pomba.
Ruptura	Elevação de Rio Pomba à categoria de cidade.	Inauguração da rede de energia elétrica.

Organização: Carina Marcelino Teixeira (2025).

A partir da proposta apresentada, nos próximos itens trazemos de forma detalhada os dois períodos supracitados, demonstrando como a divisão racial do espaço permaneceu no espaço urbano de Rio Pomba, tendo como marcadores espaciais a Igreja do Rosário e as redes de abastecimento de água.

3.1 Período 1: Onde estão os negros na formação de Rio Pomba? Gênese da segregação racial no devir de Rio Pomba (1767- 1858)

O período que se inicia em 1767 e vai até 1858, tem como centralidade os processos de formação de Rio Pomba. No ano de 1767 se inicia oficialmente a ocupação colonial da região com a construção das primeiras casas no território que se tornaria Rio Pomba (Lamas, 2006; Carrara, 2024). Lamas (2016) aponta que a área do aldeamento era um “reduto para os escravos fugitivos, fato que gerou preocupação para o governo da Capitania, uma vez que a intenção era povoar a região e extrair lucros (Dízimos) com as atividades agrícolas ali desenvolvidas.” (p. 75). Em concomitância ao processo de constituição da freguesia, segundo Paiva (2016), tem-se diversas expedições de destruição de quilombos na Barra do Rio Pomba

e início de catequização dos povos originários, elemento importante para a territorialização do poder colonial.

Chamamos atenção inicialmente para o responsável pelo trabalho de colonização e catequização dos indígenas Coroados e Coropós, Padre Manoel de Jesus Maria, e ainda para a presença quilombola na região, fatos que nos possibilitam pensar em Rio Pomba, desde sua gênese, como um território de presenças e protagonismo negro. Como vimos no primeiro capítulo, esses elementos nos permitem compreender a história de Rio Pomba, associada a história da população negra no devir do município.

Já no século XIX, com a criação da igreja dos negros, propomos que sua localização seja compreendida como a gênese da segregação racial, ao localizar a área de uso e, posteriormente, de moradia da população negra da cidade, padrão que se mantém até os dias atuais.

A descrição de Rio Pomba, realizada por Hermann Burmeister, é um elemento central para afirmarmos que apesar da maioria da população de Rio Pomba ser racializada, o poder hegemônico definia as dinâmicas espaciais que esse grupo estaria submetido naquele tempo e espaço. O fato de a “igreja dos pretos” estar fora do processo inicial de urbanização, demarca os espaços dos brancos e espaços dos negros, definindo quais os locais que poderiam ser ocupados por população racializada para fins de lazer, religiosidade e encontros que escapassem, de certa forma, da lógica escravocrata colonial.

Neste sentido, retomamos a leitura da Igreja do Rosário em Rio Pomba como um inerte-dinâmico que propiciou a permanência de elementos oriundos da população negra em seu entorno, como são os casos das escolas de samba e os bairros majoritariamente negros.

Essa configuração, associada aos elementos dos territórios negros já mencionados, reforçam o entendimento de que esta igreja possui um papel na configuração territorial e de forma indissociável, nas relações sociais que são atravessadas pelas heranças da população negra. Os mapeamentos revelam uma concentração de população negra em áreas próximas à localização da igreja do Rosário, o que se conecta aos processos de abastecimento de água, os quais abordaremos nos próximos tópicos.

Fechamos nossa primeira fase de periodização afirmando que entre 1767 a 1858, estão os eventos que nos auxiliam a entender a gênese de um importante território negro, os diversos eventos que envolveram a Igreja Nossa Senhora do Rosário e seu entorno, marcado pela sociabilidade negra no que virá a ser Rio Pomba, e com a elevação da vila em cidade (Minas Gerais, 1858), encerramos o primeiro período que buscou compreender a gênese da

segregação racial no município. A seguir, destacamos as primeiras iniciativas efetivas de modernização urbana, com foco nos processos que dizem respeito ao abastecimento hídrico.

3.2 Período 2: Modernizações seletivas em Rio Pomba - MG (1858-1918)

Aqui retomamos a ideia de território usado para compreendermos modernizações seletivas e desigualdades que se manifestam a partir de ações de produção e modernização do espaço, por sujeitos hegemônicos (Santos, 2023a), o que afeta a espacialização da população negra ao produzir segregação racial, ou a divisão racial do espaço (Gonzalez, 2020a).

Em Rio Pomba a divisão racial da cidade, é percebida a partir de iniciativas modernizadoras que chegaram às áreas centrais por meio de grupos sociais hegemônicos e o anseio por um padrão de vida burguesa ao modelo europeu (Sodré, 2002; Villaça, 2004).

Um aspecto relevante identificado na pesquisa, refere-se à existência de um cemitério localizado na área central da cidade. Durante a gestão de Jacinto Caetano de Faria, no período de 1869 a 1873, o cemitério central foi transferido para um novo local, situado no Morro do Castelo (Santiago, 2016). Acreditamos que as mudanças ocorreram por processos de expansão do espaço urbano, mas também por ideais de higienização das cidades (Faria, 2003). Observa-se uma diferença temporal entre a transferência do cemitério da área central e a transferência do cemitério do Morro do Rosário, visto que em 1879, esse ainda estava em uso, conforme relata Santiago (2016), sobre o sepultamento do reverendo Carlos José Pereira de Andrade nesse local.

Villaça (2004) em sua tese, expõe que o planejamento urbano no Brasil, entre os anos de 1875 a 1930, pode ser compreendido a partir dos “planos de melhoramento e embelezamento ainda herdeiros da forma urbana monumental que exaltava a burguesia e que destruiu a forma urbano medieval (e colonial, no caso do Brasil)” (p. 182).

Percebemos ações modernizadoras presentes em Rio Pomba no século XIX voltadas para a europeização do espaço urbano (Faria, 2003) a partir do desenvolvimento cultural com a criação da corporação musical Santa Cecília de 1832, e do Clube Jerônimo, fundado em 1 de janeiro de 1878, que tinha como objetivo “difundir” diferentes campos da arte, a partir de suas atividades, e que se tornou uma academia com atividades de teatro, canto e literatura. Em 1882 é criado o jornal "O Bocayu" e um Gabinete de Leitura e Biblioteca do clube Jerônimo, com participantes rio-pombenses e de municípios vizinhos. As atividades do clube se

encerraram em 1885, e, em 1896, a biblioteca se tornou de domínio municipal, no entanto, o projeto não teve continuidade (Santiago, 1996).

Santiago (2016) destaca, que de 1880 a 1890, os clubes Jerônimo de Sousa, Guarani e Progressistas pleitearam a liderança em Rio Pomba. Inclusive, membros do Clube dos Progressistas almejavam construir o Teatro Municipal Tiradentes, que teve sua obra iniciada, mas que em razão de um temporal, desmoronou e não foi finalizado. A localização do referido teatro era na Praça Tiradentes (Figura 13), hoje Praça Governador Juscelino Kubitschek (mais conhecida como pracinha do meio), a área durante esse período era o local destinado a espetáculos. Neste sentido, e em consonância com o entendimento da existência da divisão racial do espaço, chamamos atenção para a localização da praça, na área central de Rio Pomba, o que evidencia a concentração de equipamentos culturais e de modernizações. De acordo com Faria (2003), obras arquitetônicas imponentes revelam capital político e econômico e legitimam interesses.

Figura 13 - Praça Governador Juscelino Kubitschek (1953)



Fonte: MHRP.

Neste mesmo período, na segunda metade do século XIX, é inaugurada a Estação Ferroviária de Rio Pomba e Leopoldina Railway, em 1886, o ramal ligava Rio Pomba à Guarani, e, de acordo com Mendonça (2010), foi um símbolo de progresso para o município (Figura 14).

Figura 14 - Estação e trem de ferro em Rio Pomba - MG (sem data)

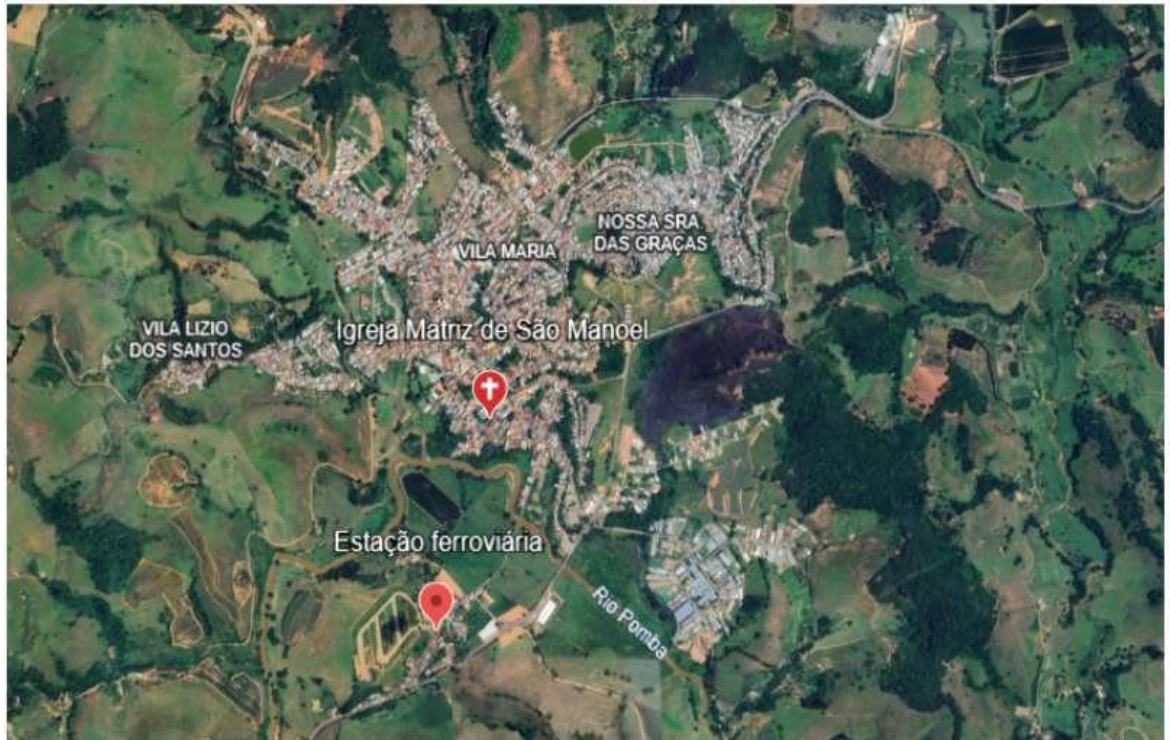


Fonte: MHRP.

Segundo o autor, este é um momento de expansão urbana, momento de construção de diversos prédios, praças e ruas, apesar da discordância em relação à localização da estação ferroviária, que foi construída em área afastada da cidade (Figura 15).

A “Estação do Pomba” foi construída fora da cidade em razão da forte influência, dentre outros, do comerciante Thomé Borges dos Reis, residente em Guarani, do capitalista Antônio Nunes de Macedo, residente em Rio Novo, e do fazendeiro Cel. Antônio Pedro dos Santos, de Rio Pomba, que reuniram seus capitais para construir uma possante máquina de limpar café, perto do que seria a futura Estação (Mendonça, 2010, p. 16).

Figura 15 - Localização da estação ferroviária de Rio Pomba - MG



Fonte: Google Earth (2025).

Percebemos a influência e poder de organização do território, concentrada nas mãos de alguns homens que possuíam interesses maiores na implementação da estrutura ferroviária. Em razão desse evento, Mendonça (2020) relata sobre a construção de um bairro industrial na área da estação, o Engenho Central São Thomé se destacava pelas máquinas de limpar café, arroz, moinhos, debulhador, serraria e fábricas de peças de reposição e ferramentas, além de casas comerciais, hotel e linha de bonde que fazia o trajeto da estação à área central da cidade.

Outra situação que se destaca é a gestão de Dr. José Gonçalves Neves (1912-1916), marcada pela mesma lógica modernizadora, conforme coloca Santiago (2016). Neste período o progresso se intensifica na cidade. Em 1912 é criado o Grupo Escolar Francisco Peixoto (Atual São José⁹), a inauguração do edifício ocorreu em 31 de janeiro de 1915 (Figura 16).

⁹ A alteração no nome se deu em razão dos Josés que marcaram a história da escola, José Neves pela criação e depois três diretores chamados José (Santiago, 1991).

Figura 16 - Grupo São José (2025)



Fonte: Carina Marcelino Teixeira (2025).

Seguindo a lógica de rejeição do passado, as “reformas [urbanísticas] tiveram grande acolhida entre as elites modernizadoras do país, que jamais hesitaram em enfrentar qualquer apego a antigos valores, a antigas “usanças” urbanas, taxando sempre esse comportamento como um indicador de conservadorismo, de atraso, de subdesenvolvimento.” (Abreu, 1998, p. 81). Vemos este ideal, por exemplo, na demolição da Igreja de São Manoel¹⁰, em 1912 para a construção do novo edifício.

Em 1913 foi inaugurado o novo edifício da cadeia municipal, a primeira foi demolida para a construção do novo Paço Municipal. Rio Pomba nessa época, possuía uma estrutura urbana composta de 600 prédios, 11 ruas, 2 praças, um grupo escolar, fórum, câmara municipal, cadeia e igrejas, banda de música, cinema e matadouro. Apesar disso, a cidade ainda não contava com sistema de energia elétrica e esgotamento, elementos importantes que

¹⁰ Em sua obra, Sinval Santiago (1996), lamenta o ocorrido visto que a antiga construção deveria ter sido preservada. O autor ainda destaca que o túmulo de Padre Manoel, na época, presente no interior da igreja não foi devidamente localizado na nova construção.

fogem à lógica da época em que as intervenções urbanas eram voltadas ao embelezamento (Villaça, 2004).

Em 1916, Dr. Urbano de Queiroz toma posse como presidente da Câmara e agente executivo de Rio Pomba, sua gestão (1916-1919) foi marcada pela continuidade de reformas e transformações urbanas, com destaque para a energia elétrica que chega em 1918.

Neste ano foi instalada a primeira máquina de limpar grãos de café movida a eletricidade (do estabelecimento Engenho Progresso), em razão dessa transformação, destacamos a mudança no tipo de produção, com produtos mais industrializados e o aumento de produção. De acordo com Mendonça (2010), nesta época a paisagem da área da estação era marcada pela presença de diversas indústrias.

Associado à expansão industrial, nesse mesmo período tivemos importantes iniciativas do poder municipal em relação à urbanização, segundo Santiago (2016), os últimos anos da década de 1920 foram de grandes melhorias urbanas. Com destaque para a gestão de Daniel Urbano Baeta Alvim (1927- 1931) que promoveu medidas de incentivo à construção de casas na Avenida Dr. José Neves, no centro da cidade, além de colocar a obrigatoriedade para os proprietários de lotes no bairro do Rosário de murarem seus respectivos terrenos e/ou construírem suas casas, especialmente na Rua Vila Luiza Alvim (Figura 17). Destacam-se também o fomento às melhorias de abastecimento de água, prédios públicos e saneamento.

Figura 17- Localização Rua Luiza Alvim Rio Pomba - MG



Fonte: Google Earth (2025).

O período da gestão de Urbano Alvim, extrapola a proposta de periodização adotada nesta pesquisa, no entanto, acreditamos ser importante destacar os processos de transformação relacionados ao bairro do Rosário. É a partir dessa gestão que encontramos informações sobre melhorias efetivas na área do bairro. A área que, no século XIX, se constituía enquanto um território negro, recebe melhorias e incentivos de ocupação na primeira metade do século XX, o que demonstra que a área foi preterida no primeiro momento de transformação no século XIX.

No próximo tópico, trazemos como elemento principal as redes de abastecimento hídrico, centrais para a compreensão da divisão racial do espaço em Rio Pomba. Partiremos do pressuposto que a instalação desta infraestrutura urbana reproduziu o dispositivo de racialidade e hierarquias raciais. Neste sentido, o acesso e não acesso à rede de água encanada, se apresentam como um marcador importante da divisão racial do espaço, demonstrando a permanência da segregação no espaço urbano do município.

3.2.1 A primeira rede de abastecimento hídrico: “embranquecendo a água”

A forma que se deu o abastecimento hídrico, reflete a divisão racial, social e modernizações seletivas no espaço urbano do município, beneficiando determinado grupo em detrimento de outros. Capital financeiro e político, influenciava diretamente a configuração territorial e conseqüentemente, no formato de algumas relações sociais que se desdobravam da relação presente na desigualdade do acesso à água. Esse entendimento é evidenciado e reforçado a partir da identificação de que no período colonial e imperial as áreas de acesso à água, bicas e chafarizes, correspondiam a territórios negros, como veremos a seguir.

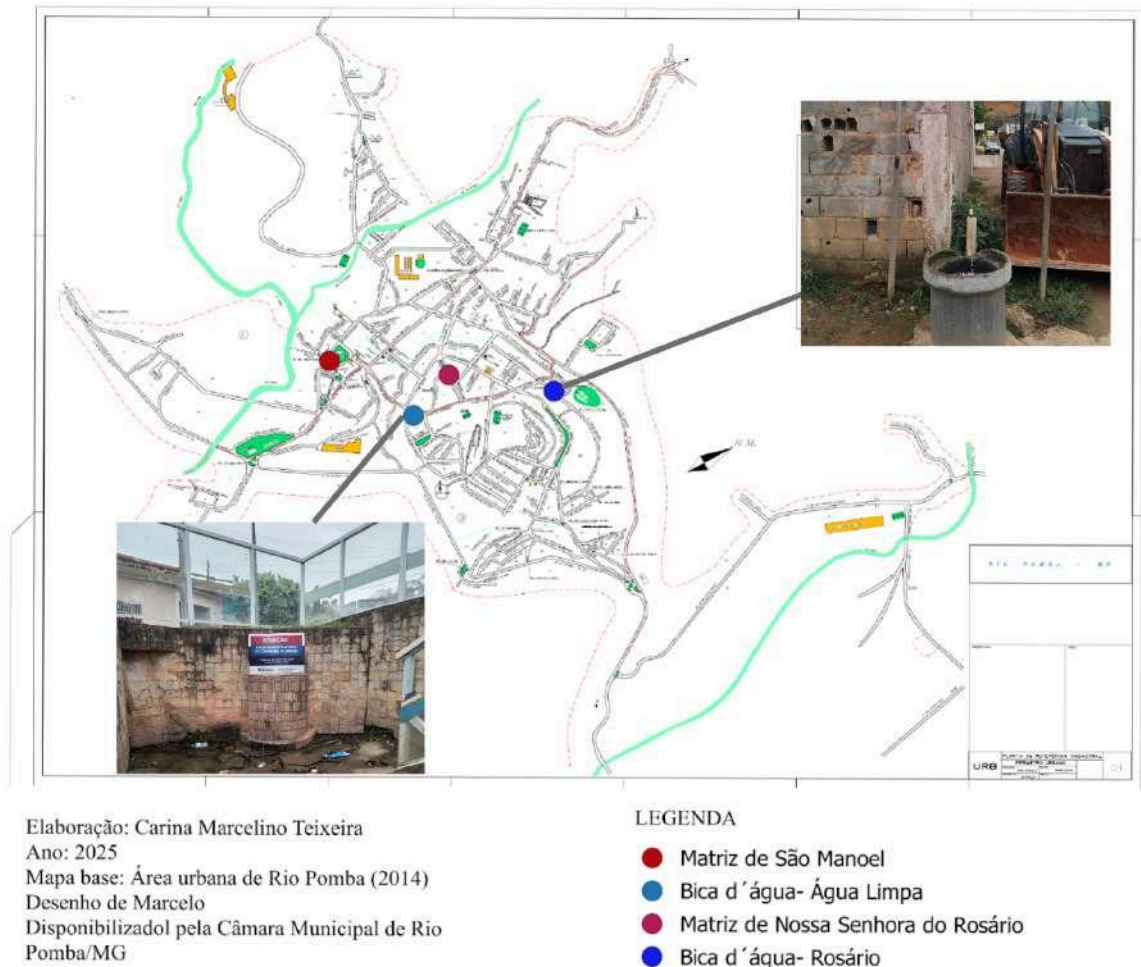
As bicas de água presentes nas cidades brasileiras historicamente marcaram um lugar de encontro, sociabilidade e de construção de estratégias da população negra livre e escravizada. Os encontros muitas das vezes ocorriam devido às funções de trabalho e a necessidade de acesso à água (Ferreira, 2021; Paterniani, 2019).

Raquel Rolnik (1989), sobre estes locais no espaço urbano, afirma:

A rua era também território dos escravos. A contigüidade dos sobrados nas zonas centrais da cidade contribuía para que fosse intensa a circulação de escravos domésticos: buscando água nos chafarizes, indo ou voltando com a roupa ou os dejetos para jogar nos rios, carregando cestas perto dos mercados, transportando objetos de um ponto a outro da cidade. (Rolnik, 1989, s/n).

As bicas de água e chafarizes hoje são rugosidades em Rio Pomba - MG, apesar de não serem mais usadas e a água ser imprópria para consumo, os remanescentes marcam uma herança da presença negra na cidade. Atualmente são dois remanescentes (Figura 18).

Figura 18 - Mapa localização dos remanescentes de bicas d'água em Rio Pomba - MG (2025)



Em sua tese Stella Paterniani (2019) destaca a condição do trabalhador negro que é ex-escravo, fato que rememora as heranças do período colonial, elemento central nas políticas urbanas do século XIX, que ansiavam pelo afastamento da população negra (Sodré, 2002).

O escravo configurava-se como um empecilho ideológico à higiene e à modernização. Discursos de diferentes procedências sociais colocam-no lado a lado com massas e insalubridade. Na realidade, além da condição escrava, o próprio homem negro - que já havia sido excluído, por ocasião do Pacto Social implicado no Movimento da Independência, a composição de classe que constituiria, na visão do Estado, o controle da nação brasileira - recebia conotações negativas de parte do corpo social. Escravo e negro eram percebidos, na prática, como a mesma coisa (Sodré, 2002, p. 41-2).

E ainda propõe pensarmos em embranquecimento da água, este processo é entendido a partir das relações sociais que são racializadas, o que implica no território usado que é marcado pela diferenciação entre “incolores” e racializados. A autora destaca a lógica

sanitarista e higienista que “embranqueceu” a água, esse processo se manifesta também a partir da seletividade de execução de obras urbanas que mantiveram o afastamento da população racializada.

O armazenamento de água no caminhão-pipa, bem como a canalização dos rios, nos salta aos olhos, então, como técnicas de embranquecimento da água, ou, dito de outra maneira, técnicas de branquidade para com o transporte e o uso da água, que visam expurgar a água, simbolicamente e por meio da técnica, da presença negra, do contato negro, do ranço negro, do visco do sangue negro (Paterniani, 2019, p.132).

O embranquecimento da água em Rio Pomba está associado a alguns eventos importantes, i) fim da abolição; ii) crise hídrica, iii) problemas ligados ao abastecimento de água, que se intensificou em 1888. Essas situações levaram a urgência na solução deste problema.

Sinval Santiago (2016) relata: “Com a libertação dos escravos agravou-se o problema da falta de água potável na cidade, pois eram os cativos que abasteciam as casas dos seus amos do precioso líquido, trazido não raro de longa distância e sujeitos a demoradas filas nas fontes de abastecimento” (Santiago, 2016, p. 232). A necessidade de abastecimento e a realização da atividade de maneira manual, explica a profissão de aguadeiros e aguadeiras.

Como o ano (1888) foi de prolongada seca, o barril de água antes vendido a preço módico e ao alcance da bolsa dos menos favorecidos da fortuna, chegou a atingir a respeitável soma de quinhentos réis, elevada para 1\$000 (hum mil réis), após a libertação dos escravos. Urgia, pois, uma providência urgente da camara municipal sobre o abastecimento de água da cidade, porém esta medida só foi tomada de fato depois da Proclamação da República (ibidem, p. 232)

Diante dos problemas de acesso à água, surge a primeira ação efetiva de sistema de abastecimento hídrico em Rio Pomba. Em 1890, a partir de um empréstimo realizado no Ministério do Interior no valor de 30 contos de réis. Até esse momento eram utilizadas apenas as fontes da Água Limpa, Cadeia Campestre, Estrada Nova e Areão (onde existia um chafariz construído em 1880) (Santiago, 2016).

Por meio do contrato firmado com a empresa Horta Barbosa & Cia, se inicia a canalização de água potável no perímetro urbano, construção de caixa de captação de 2000 litros e a instalação em cada prédio de uma pena d'água, esta última etapa era de responsabilidade individual. O valor do serviço era de quatro mil réis, sendo, mil e quinhentos réis do registro com torneira e dois e quinhentos reis por cada metro de cano (Santiago, 2016)

Além da rede de abastecimento são construídos chafarizes e bicas públicas em locais como Paço Municipal, Várzea de Baixo e Rosário, locais que atendiam os “menos favorecidos de fortuna” (Santiago, 2016, p. 251). Como está representado na figura 19.

Nos atentemos que o bairro do Rosário, que em nossa leitura é um território negro – constituído desde a formação territorial de Rio Pomba –, recebe a instalação apenas de um chafariz público, evidenciando a centralidade da área para o atendimento aos “menos favorecidos”. Ao contrário de outros locais em que a água chega até as residências, este evento nos indica uma continuidade na divisão racial do espaço a partir do tipo de estrutura de abastecimento. Vejamos parte do jornal *Correio do Pomba* que relatou o evento:

Foi inaugurada ontem a água potável, achando-se funcionando os diversos chafarizes. Estamos autorizados a fazer público que a Camara, por sua conta, fornecera penas d’água até as portas dos prédios, e daí em diante por conta dos proprietários, ficando assim estabelecida a igualdade de despesas proporcionalmente à vontade dos possuidores dos prédios (*Jornal Correio do Pomba*, 4 fev. 1894, *apud* Santiago, 2016, p. 251).

Em nossa busca por outros registros que evidenciam os processos de modernização de maneira diferenciada e, a fim de compreender melhor essas diferenças espaciais, tivemos acesso ao Livro de Resoluções e Atas da Câmara Municipal, datado de 11 de outubro de 1901. O documento revela que somente no século XX outras obras de abastecimento de água vão ser instaladas no bairro do Rosário. Verificamos na Resolução nº 849, que legisla sobre o abastecimento de água nas ruas da Várzea e do Rosário, o relato de que em 1921, o poder executivo é autorizado a elaborar o planejamento da rede de abastecimento, o documento diz:

ART 1. Fica o poder executivo autorizado a mandar levantar plano e orçamento e contratar com quem melhor oferecer, por meio de concorrência pública, a construção de uma caixa de distribuição d’água potável com capacidade para 40000 litros para abastecimento das ruas da várzea e rosário.

ART 2. A água destinada à caixa a se construir será a que atualmente abastece algumas casas da rua da Várzea e o “Grupo Escolar” cuja nascente está em terras do senhor Eugênio da Costa Vidal, aproveitando o encanamento já existente.

ART 3. A água recolhida à aquela caixa será distribuída pela rua da Várzea desde a casa do senhor Bento Moreira, Grupo Escolar e subúrbio do Rosário.

ART 4. Caso o presidente da câmara não possa entrar em acordo com o proprietário do lugar conveniente á colocação da caixa, aproveitará no Rosário, nos terrenos devolutos, um lugar para esse fim.

O que nos chama atenção é a diferença temporal e espacial existente entre as iniciativas aqui descritas, materialização de modernizações de um serviço básico que chegou de maneira seletiva aos moradores do município. Em nossa leitura a ênfase ao progresso e a seletividade em relação à infraestrutura urbana é uma face da

racionalidade capitalista que comanda o processo de urbanização [que] está associada a uma racionalidade branca, do gênero masculino, adulta, heterossexual, católica etc. Logo, a periferação que a sustenta não é apenas caracterizada pelo menor acúmulo de capital e tecnologia, mas também pela intensa presença da população preta e parda, em famílias diversificadas com alto contingente de mulheres chefas de domicílios, de múltiplas sexualidades e expressões destas, com diversas religiões (com destaque para as pentecostais e as de matriz africana), e assim por diante; além de possuírem um grande acúmulo de sabedoria, conhecimento e tecnologia da sobrevivência (Rizzatti, 2020, p. 34).

O explica a diferença espacial e temporal na instalação das infraestruturas de abastecimento de água, explicitando o teor modernizador seletivo presente em Rio Pomba e também a diferenciação de classe e raça, a partir dos tipos de abastecimento. Sendo os mais modernos destinados àqueles que possuíam condição financeira e habitavam a região central e, em contrapartida, para os empobrecidos e racializados, as bicas e chafarizes. O que demarca a continuidade do processo de divisão racial do espaço em Rio Pomba, inicialmente pela separação a partir das igrejas e em um segundo momento, a partir da localização, tipos e momentos de instalação dos sistemas de abastecimento hídrico.

Considerações finais

O esforço presente nesta dissertação de retomada dos territórios negros em Rio Pomba, entre 1767 a 1918, evidenciou trajetórias, resistências e permanências de população negra em um contexto de apagamentos e invisibilizações. A realização dos trabalhos de campo e as entrevistas, foram de grande importância para ter outras perspectivas sobre a história do município e sobre elementos que estão presentes nos territórios negros: as folias, as religiões de matriz africana, a devoção à Nossa Senhora do Rosário, as áreas de habitação majoritariamente negras, os remanescentes de bicas e outros que não foram abordados de forma aprofundada neste trabalho, mas que possuem grande importância ao se falar de presenças negras, como é a capoeira, as benzedeiras e as escolas de samba. Neste sentido, destacamos a dimensão da memória, tão importante para que presenças negras não sejam esquecidas e apagadas.

Para alcançar nossos objetivos, assumimos como fio condutor da investigação a presença de população negra. O que nos possibilitou concluir que essa população foi e ainda é ativa em Rio Pomba. Elemento que se justifica a partir da criação da Freguesia de São Manoel, que em sua gênese esteve diretamente ligada à presença de quilombolas, ou a partir de Padre Manoel de Jesus Maria. Mas também pela existência do histórico território negro que é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Em meio a esquecimentos, reencontramos a Ata da Irmandade dos Pretos Forros e Cativos, de 1843, elemento que coaduna ao entendimento de que a Igreja do Rosário é uma marca da população negra, uma rugosidade, e ainda um inerte-dinâmico, por sua condição ativa na localização da presença de população negra ao longo dos anos. Como é possível visualizar atualmente nos mapeamentos com dados dos Censos de 2010 e 2022, mostrando a proximidade da localização da igreja com as áreas de moradia majoritariamente negras.

Por conseguinte, seguindo a lógica da divisão racial do espaço, abordamos algumas reformas e transformações urbanas ocorridas em Rio Pomba a partir do final do século XIX, são os espaços de cultura, lazer, industrialização e melhorias urbanas, que de maneira seletiva contemplaram apenas parte da população. Seja a elite rural que influenciou diretamente na chegada do ramal da linha de trem de ferro, ou a elite urbana por trás das melhorias de infraestrutura e embelezamento urbano. Com isso, identificamos disputas presentes nas forças que organizam e usam o território.

No primeiro período de nossa periodização (1767- 1858), resgatamos o processo de formação da freguesia para demonstrar o início do processo associado à existência de presença negra ativa nestes usos do território. Nossa análise aconteceu de forma ampla, através de uma contextualização geral do nosso recorte de pesquisa, com o intuito de costurar alguns dados e informações.

Em um segundo momento, afirmamos a área do morro do Rosário, historicamente um território negro em função da religiosidade e possivelmente em função de moradia e lazer, elemento que permanece, como nos revela a pesquisa.

No segundo período, de 1858 a 1918, voltamos nossa discussão para ações modernizadoras e a exclusão da população negra no cerne dessas ações. Nesse contexto, entendemos que a área do Morro do Rosário permanece como um marcador importante, inicialmente pela divisão racial do espaço a partir das duas igrejas e mais recentemente, a partir da localização de modernizações urbanas realizadas em Rio Pomba, como foi a instalação da primeira rede de abastecimento hídrico. Essa é instalada a partir do pagamento de parte do serviço, o que se contrapôs à criação de bicas e chafarizes, destinadas aos pobres. Aqui destacamos os remanescentes da Água Limpa, próxima à área do morro do Rosário e o remanescente presente nos limites do bairro do Rosário.

A maneira seletiva de como se deu a implementação das formas de abastecimento de água, refletem a divisão racial do espaço, preterindo um grupo em função do outro que, a partir de capital financeiro e político, influenciava diretamente na configuração territorial e, conseqüentemente, no formato de algumas relações sociais que se desdobravam da relação com acesso à água.

É nesta perspectiva que reafirmamos que Igreja e sua área do entorno, se configura enquanto território negro, sendo, espaço físico apropriado por população negra (configuração territorial), indissociado de práticas e manifestações culturais (relações sociais). E ainda, apontamos para a igreja enquanto uma materialidade herdada, que ocupa a função de inerte-dinâmico, sendo central para a compreensão de diferentes processos socioespaciais. Como elucidamos a partir dos marcadores raciais do espaço, a partir da “igreja dos negros”, e pelo processo de embranquecimento da água, diante do “atraso” das modernizações urbanas que atenderiam a população residente próxima à igreja.

Por fim, esta pesquisa evidencia a existência de um campo investigativo sobre Rio Pomba e a necessidade de ampliar a produção científica que valorize a trajetória da população negra nos contextos local e regional da Zona da Mata Mineira, destacando o papel desses

grupos na formação territorial da região e a importância de uma leitura espacial crítica das relações raciais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 205-230, 1994.

ABREU, Maurício de Almeida *et al.* Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 5-26, 1998.

ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 7, p. 13-25, 2000.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AEPSMRP. **Livro de tombo da Paróquia de São Manoel (1928- 1974)**.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A África, a educação brasileira e a geografia. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: SECAD, 2005. p. 167-184.

ASÉ OMO ODÉ. **Ilê Asé Omo Odé 14 anos de Existência**. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (1h 22min 28s). Publicado pelo canal Asé Omo Odé. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SI-wrq8WGbM>. Acesso em: 23 nov. 2025.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BRASIL. [Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941]. **Lei das Contravenções Penais**. Brasília, DF: Presidência da República, [1941]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 24 abr. 2025.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento geral do Império em 1872: lista de família**. Rio de Janeiro: DGE, 1872.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

BURMEISTER, Hermann. **Villa da Pomba von der Südseite gesehen** [Vila da Pomba vista a partir do sul]. Berlim: Verlag von Georg Reimer, 1853. 1 litografia, color. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3422>. Acesso em: 27 maio 2025.

CÂMARA MUNICIPAL. **Resolução n. 849, de 22 de janeiro de 1921**. Legisla sobre o abastecimento d'água nas ruas da Várzea e Rosário. Livro de Resoluções e Atas da Câmara Municipal, 11 out. 1901.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 22, n. 3, p. 414-428, set./dez. 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARRARA, Angelo Alves. A Zona da Mata central: produção rural e comércio com o Norte Fluminense na primeira metade do século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 1-28, 2024.

CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo**: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: UFOP, 1999. (Série Estudos, 2).

CASTRO, Natália Paganini Pontes de Faria. **Entre Coroados e Coropós**: a trajetória do Padre Manuel de Jesus Maria nos sertões do Rio da Pomba (1731-1811). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

CHALHOUB, Sidney. The precariousness of freedom in a slave society (Brazil in the nineteenth century). **International Review of Social History**, [S. l.], v. 56, n. 3, p. 405-439, 2011.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. A política de imigração estrangeira e a questão regional na província do Rio de Janeiro (1835-1850). In: CHRYSOSTOMO, M. I. J.; FARIA, A. L.; IORIO, G. S. (org.). **Espaço, dinâmicas territoriais e apropriações**. Viçosa: Ed. UFV, 2021. p. 16-54.

CORRÊA, Gabriel Siqueira. Para descolonizar nossas narrativas: diversidades e territorialidades da resistência quilombola na formação do território brasileiro. **(SYN)THESIS**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 16-30, 2019.

CUNHA JR, Henrique; RAMOS, Maria. Territórios de maioria afrodescendente: segregação urbana, cultura e produção da pobreza da população negra nas cidades brasileiras. **Revista Desenvolvimento Social**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 77-85, 2020.

DELFINO, Leonara Lacerda. **O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos**: fronteiras, identidades e representações do viver e morrer na diáspora atlântica. 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

EVARISTO, Conceição. **Meu Rosário**. Belo Horizonte: Portal Literafro, UFMG. Disponível em:

<https://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/11-textos-dos-autores/924-conceicao-evaristo-me-u-rosario>. Acesso em: 27 maio 2025.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FARIA, Rodrigo de. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930): o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina.** 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FERREIRA, Roberto Nogueira. **Cem anos-luz! O Imparcial, 1896-1996: um jornal, um jornalista, uma cidade.** 1. ed. Brasília: R.N. Ferreira, 1996.

FERREIRA, Simone Antunes. **Memórias da diáspora africana: registros e (geo)grafias da presença preta em Niterói.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

G1 MINAS GERAIS. **Consciência: conheça a história do Largo do Rosário, parte da memória da população negra de Belo Horizonte.** Belo Horizonte, 20 nov. 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/11/20/consciencia-conheca-a-historia-do-largo-do-rosario-parte-da-memoria-da-populacao-negra-de-belo-horizonte.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência.** São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001.

GODOY, Arlinda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 57-63, maio/jun. 1995.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 127-138.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias negras & geografias negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 12, ed. especial, p. 292-311, 2020.

HISSA, Cássio Eduardo Viana; OLIVEIRA, Janete Regina de. O trabalho de campo: reflexões sobre a tradição geográfica. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 24, n. 1/2, p. 31-41, jan./dez. 2004.

HONORATO, Claudio de Paula. **Entre Rio de Janeiro e África: as diferentes vivências da morte e do morrer entre os africanos e seus descendentes na cidade do Rio de Janeiro (c. 1700 – c. 1850).** 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias:** 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Catequese e conflito: o aldeamento de São Manoel de Rio Pomba (1767-1800). **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, p. 136-155, 2012.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. **Revista Histórica**, São Paulo, n. 8, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMONAD, Ester. Para pensar a descolonização do cotidiano: desentranhando o desenvolvimento. *In*: LIMONAD, E.; BARBOSA, J. L. (org.). **Geografias: reflexões, leituras, estudos**. São Paulo: Max Limonad, 2020. p. 30-52.

LOPES, Marcelo de Castro. A figura do palhaço em folias da Zona da Mata de Minas Gerais. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUANDOS EM MÚSICA, 1.; COLÓQUIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA DA UNIRIO, 15., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010a.

LOPES, Marcelo de Castro. A folia de mestre Célio e as mídias eletrônicas e de massa. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUANDOS EM MÚSICA, 1.; COLÓQUIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA DA UNIRIO, 15., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010b.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2023.

MARCELINO, Jonathan. As marcas da colonialidade: raça e racismo na produção do pensamento geográfico. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 12, ed. especial, p. 435-457, 2020.

MASSEY, Doreen; KEYNES, Milton. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, Niterói, v. 6, n. 12, p. 7-23, 2004.

MENDONÇA, Sylvio Caiaffa. **Aconteceu em Rio Pomba**. Brasília: RN & Marini, 2010.

MHRP. **Ata da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros e Cativos**, 1843.

MINAS GERAIS. **Lei N° 881 de 6 de junho de 1858**.

MINAS GERAIS. **Resolução N. 3552 de 5 de outubro de 1887**. MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa Provincial. Resolução n. 3.552 de 5 de outubro de 1887. Aprova o código de posturas da Câmara Municipal do Pomba. Coleção Leis Mineiras (1835–1889), t. 54, part. 1, p. 805–840. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1889.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa Provincial. Resolução n° 3.552, de 5 de outubro de 1887. Aprova o código de posturas da Câmara Municipal do Pomba. **Coleção Leis Mineiras**, Ouro Preto, t. 54, parte 1, p. 805-840, 1889.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1992.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra (1985). *In*: RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2021.

NASCIMENTO, Milton. **A de ó**. Intérprete: Milton Nascimento. Compositores: Milton Nascimento, Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra. [S. l.]: Spotify, [20--]. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/6Z8m...> Acesso em: 26 mar. 2026.

NEDER, Andiara Barbosa. Folia de reis em Minas Gerais: entre símbolos católicos e ambiguidades africanas. **Ciencias Sociales y Religion/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 15, n. 18, p. 33-55, 2013.

O BOCAYU. **O Bocayu primeira edição**, 1882. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=817007&pagfis=1>. Acesso: 18 jan. 2026.

PAIVA, Adriano Toledo. **"O domínio dos índios"**: catequese e conquista nos sertões do Rio Pomba (1767-1813). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PAIVA, Adriano Toledo. **Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813)**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

PALMA, Anthero. **Reminiscencias da minha terra**. Petrópolis: Typografia Tocantins, 1918.

PATERNIANI, Stella. **São Paulo cidade negra**: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PEREIRA, Gabriela Leandro. A cidade em disputa na narrativa de escritoras negras brasileiras. In: FIGUEIREDO, Glória Cecília dos Santos (org.). **Cidade e negritude**: um diálogo entre dança, narrativas e políticas urbanas. Salvador: EdUFBA, 2023. p. 31-48. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36797>. Acesso em: 07 jan. 2026.

PEREIRA, Gabriela Leandro. Direito à cidade e questões raciais. **Coletiva**, [S. l.], n. 24, 2019.

PEREIRA, Josemeire Alves. A eloquência dos silêncios: racismo e produção de esquecimento sobre a população negra em narrativas de memórias das cidades. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 13, n. 34, p. 439-462, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther (org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 151-197.

RATTS, Alex. Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alii; Brasília: ABPN, 2012. p. 216-243.

REVISTA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. **n. 1, edição especial**, 2024.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **v. 2**, p. 354-365, 1897.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **v. 4**, p. 843-846, 1899

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. **Redobra**, Salvador, n. 9, p. 58-71, 2012.

RIOS, Sebastião. Os cantos da Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e da Folia de Reis. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 65-76, 2006.

RIZZATTI, Helena; MOTTA, Daniele. Una propuesta de análisis de la urbanización interseccionalizada en Brasil y algunas notas sobre Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Revista Latino-Americana de Geografía e Gênero**, Ponta Grossa, v. 15, n. 2, p. 49-71, jul./dez. 2024.

RIZZATTI, Helena. **Urbanização corporativa vista pelo avesso: periferização, interseccionalidade e lugar - uma análise a partir das ocupações de terras urbanas**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidades e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). Posfácio - revisitando os territórios negros em São Paulo e Rio de Janeiro no ano 2000. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, 17, CEAA, Universidade Cândido Mendes, setembro de 1989. Posfácio, S/D.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, 2018.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2023a.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2023b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alii; Brasília: ABPN, 2012. p. 36-67.

SANTOS, Renato Emerson dos; SILVA, Karoline Santos da; RIBEIRO, Luana P.; SILVA, Naiara do Carmo. Disputas de lugar e a Pequena África no centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? In: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (orgs.). **I Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Fluxos, 2018. p. 464-487.

SANTIAGO, Sinval. **História de Rio Pomba**. 2. ed. Rio Pomba: Município de Rio Pomba, 2016.

SIMÃO, Maristela dos Santos. **As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil do Século XVIII**. 2010. Dissertação (Mestrado em História da África)- Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SOUZA, André Luis Santos de; ARAÚJO, André Luiz Ribeiro de. “Folia de Reis” em Minas Gerais como ritual religioso, festa popular e patrimônio imaterial. **REVES - Revista Relações Sociais**, Viçosa, v. 3, n. 3, p. 212-223, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18540/revesv13iss3pp0212-0223>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/10363>. Acesso em: 6 abr. 2026.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800-1970)**: geografia histórica da presença negra no espaço urbano. São Paulo: Hucitec, 2021.

VILLALTA, Luiz Carlos. A “**torpeza diversificada dos vícios**”: celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801). 1993. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In.: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. **O processo de urbanização do Brasil**. Pp. 169-243. São Paulo: Edusp, 2004.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

APÊNDICES

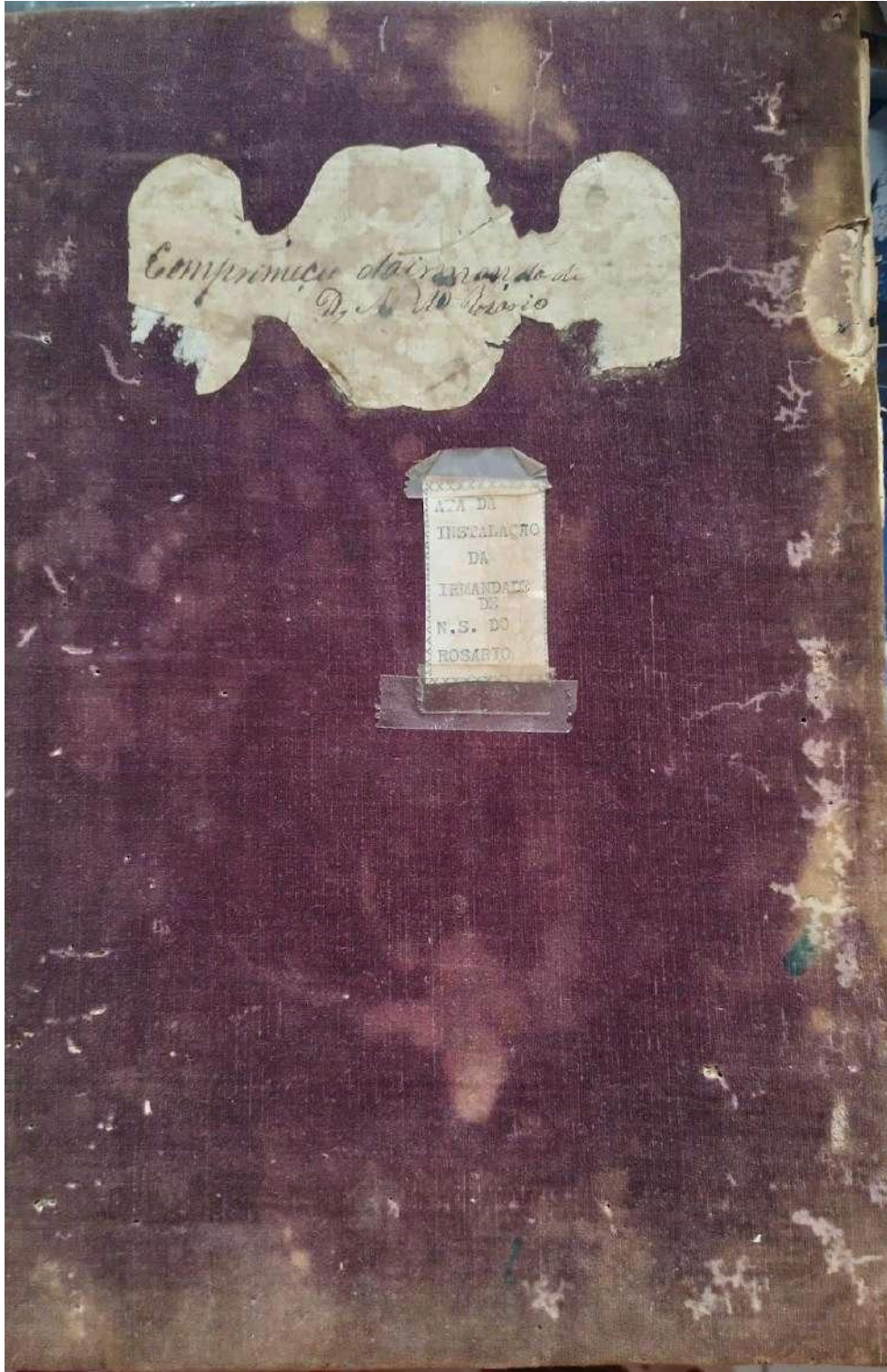
APÊNDICE A- Sistematização das fontes documentais utilizadas

Acervo	Período da análise	Localização	Documentos utilizados
MHRP	set/2024	Pasta Igreja do Rosário	Ata de Criação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos forros e cativo (1843).
APM	mar/2025	Leis Mineiras	Aprova o código de posturas da Câmara Municipal do Pomba; Aprova as posturas regulamentares do município do Pomba; Artigos adicionados ao Código de Posturas; Eleva à categoria de cidade as Vilas do Pomba e Santa Bárbara.
APM	mar/2025	RAPM	Criação da villa do Pomba- Cópia do decreto e ordens tendentes a criação da Vila de S. Manoel do Pomba; sobre os índios do Pomba.
AEPSMRP	mai/2025	Livro de Tombo	Livro de Tombo (1928-1974).
Câmara Municipal de Rio Pomba	set/2025	Câmara Municipal de Rio Pomba	Livro de resoluções e atas da câmara municipal- 11/10/1901.
Setor da PMRP	set/2025	Loteamentos 01 e 02	Loteamentos.
APM	nov/2025	Jornais Mineiros	Jornal o imparcial- edição 7.
APM	nov/2025	Jornais Mineiros	Jornal o imparcial- edição 8.
APM	nov/2025	Jornais Mineiros	Correo do pomba- Edição: 7 - 04/06/1897.

Organização: Carina Marcelino Teixeira (2025).

ANEXOS

ANEXO A- Fotografia da Ata da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros e Cativos



Acta da Installeção da Immaculada
 a Nossa Senhora do Rosario.

Aos vinte e hum dias do mez de Novembro
 de mil oitocentos e quarenta e tres, es-
 tando nos acaante assignados os Devot-
 tos Cultos foyros e Captivos moradores
 nesta Freguesia do Martyr Sao Oba-
 nou da Villa da Tomba, Comarca
 do Rio Parahybuna, e Bispoado da
 Real Cidade de Marianna, da Pro-
 vincia de Minas Gerais, por Elles
 assignada pelo nosso Reverendo Pa-
 recho P. Frei Ignacio da Silveira elii-
 to para Servirnos e Vestijarmos o Ro-
 sario de Nossa Senhora este presente
 anno, apresentamos uniformemente pe-
 tra melhor Origem da Immaculada do
 Rosario de Nossa Senhora, e que
 a construcão de ella se pu-
 de fazer a pracha adiantada para
 cessarem os devidos Cultos Religio-
 sos a Nosso Senhor e a Nossa Senhora Soberana &c.

ANEXO B- Parecer Comitê de Ética da UFJF

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Presenças negras em Rio Pomba- Minas Gerais: territórios negros na formação do município

Pesquisador: CARINA MARCELINO TEIXEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 83211624.3.0000.5147

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.253.831

Apresentação do Projeto:

O presente projeto se debruça nos processos de formação territorial do município de Rio Pomba- Minas Gerais e na existência e participação da população negra neste processo, propomos compreender a relação entre estes dois elementos. Consideramos que a população africana e afrodescendente participou ativamente na formação do Brasil (Nascimento, 1978) e como é apresentado nos trabalhos de (Carrara, 1999; Castro, 2010;

Lamas, 2012; Mattos, 2016; Santiago, 1991) também esteve presente na formação de Rio Pomba, dessa forma temos como objetivo maior averiguar e levantar dados sobre presenças negras e os territórios negros do município de Rio Pomba-MG ao longo da sua formação territorial. Buscamos estudar os territórios negros a partir da efetiva presença negra, enquanto territórios de residência e de expressões culturais, atuais e passados.

Destacamos a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, seu entorno, e os terreiros de religiões de matriz africana enquanto tais. Como metodologia, realizaremos levantamento bibliográfico e documental, entrevistas, trabalhos de campo e mapeamentos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: O objetivo geral da pesquisa é averiguar e levantar dados sobre presenças negras e os territórios negros do município de Rio Pomba-MG ao longo da sua formação territorial.

Objetivo Secundário: i) levantar dados sobre a presença de população negra ao longo da

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

CEP: 36.036-900

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

Telefone: (32)2102-3788

E-mail: cep.propp@ufjf.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 7.253.831

formação territorial do município; delimitar os territórios negros existentes no município; iii) elaborar um mapeamento desses lugares; iv) correlacionar a existência de territórios negros na contemporaneidade e em tempos pretéritos, dentre os quais destacamos, a Paróquia de Nossa Senhora do Paróquia e seu entorno; v) levantar informações sobre práticas religiosas de matriz africana; vi) realizar um resgate histórico dos loteamentos e processos de modernização do município.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: pesquisa com risco mínimo, é possível que ao longo da entrevista o entrevistado possa se lembrar de memórias passadas, levando a se emocionar. Mas, para diminuir essa possibilidade, quando o entrevistado desejar interromper a pesquisa, remarcar ou desistir da participação, imediatamente sua solicitação será acatada. Solicitaremos a autorização para gravar a entrevista, mas para evitar qualquer exposição,

identificaremos o participante como números, além disso os dados serão armazenados em computadores do Núcleo de pesquisa, Geografia Espaço e Ação (NUGEA), do Departamento de Geociências, Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, em formato Word e Pdf, afim de assegurar o controle das informações (como foi indicado no item Metodologia proposta) e evitar qualquer tipo de exposição sem autorização.

Benefícios: Rio Pomba é um município de 256 anos que ao longo de sua formação, durante o século XVIII manteve centralidade no processo de colonização da Zona da Mata de Minas Gerais. Consideramos de grande importância visibilizar a presença de população negra na formação desse município, em contrapartida aos estudos hegemônicos que mantêm marginalizados e excluídos a história, trajetórias e espaços ocupados por grupos compostos de minorias sociais. Como nos diz Adichie Chimamanda (2019), outras histórias importam, sendo assim, a proposta de pesquisa possui grande relevância e potencial de abrir caminhos para futuras pesquisas, fomentar o debate no âmbito educacional e científico. Por fim, a pesquisa visa colaborar com as comunidades de Rio Pomba, em busca de um maior entendimento da sua formação territorial, a partir dos territórios negros existentes atualmente e que nos dão indícios de que estão atrelados ao processo formativo do município a partir do século XVIII. Frisamos ainda a importância do protagonismo da população negra, quebrando a ideia de exclusão ligadas a dor e sofrimento do tempo da escravidão. Dessa maneira a presente pesquisa busca colaborar com um maior entendimento da população de Rio Pomba, com a abertura para novas pesquisas e enquanto material didático para aulas do campo da Geografia. Frisamos que todos aqueles que participarem da pesquisa terão acesso aos resultados da

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **E-mail:** cep.propp@uff.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 7.253.831

pesquisa, me comprometo a realizar a divulgação da obra de forma acessível e compreensível a todos e todas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos previstos na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional N° 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as disposições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (corrigido conforme orientações de 1a avaliação) em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as normas definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com o que prevê o Manual Operacional para CEPs. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com a regulamentação definida na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecidos na Res. 466/12 CNS e Norma Operacional N° 001/2013 CNS, segundo este relator, aguardando a análise do Colegiado. Data prevista para o término da pesquisa: 30/11/2025.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3788 E-mail: cep.propp@uff.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF**



Continuação do Parecer: 7.253.831

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2418471.pdf	01/11/2024 11:04:57		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_livre_consentimento_modificado.pdf	01/11/2024 11:04:31	CARINA MARCELINO TEIXEIRA	Aceito
Outros	Carta_de_pendencias_CEP.pdf	01/11/2024 11:03:45	CARINA MARCELINO TEIXEIRA	Aceito
Outros	Carta_de_pendencia_CEP_UFJF.pdf	29/10/2024 20:35:37	CARINA MARCELINO TEIXEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	CEP_UFJF_CARINA_corrigido.pdf	29/10/2024 20:31:44	CARINA MARCELINO TEIXEIRA	Aceito
Outros	entrevistas_semi.pdf	12/09/2024 15:34:57	CARINA MARCELINO TEIXEIRA	Aceito
Outros	lattes_carina.pdf	12/09/2024 15:29:05	CARINA MARCELINO TEIXEIRA	Aceito
Outros	Termo_de_sigilo_assinado.pdf	12/09/2024 15:28:09	CARINA MARCELINO TEIXEIRA	Aceito
Folha de Rosto	datadoeassinado_folha_de_rosto.pdf	11/09/2024 16:19:27	CARINA MARCELINO TEIXEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	CEP_UFJF_CARINA.pdf	10/09/2024 20:29:59	CARINA MARCELINO TEIXEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **E-mail:** cep.propp@uff.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 7.253.831

JUIZ DE FORA, 28 de Novembro de 2024

Assinado por:
Iluska Maria da Silva Coutinho
(Coordenador(a))

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

UF: MG

Telefone: (32)2102-3788

Município: JUIZ DE FORA

CEP: 36.036-900

E-mail: cep.propp@uff.br